



HAL
open science

Peut-on traverser les Tumuc Humac ? Réflexions autour de la configuration historique et géographique de l'extrême sud de la Guyane

François-Michel Le Tourneau

► To cite this version:

François-Michel Le Tourneau. Peut-on traverser les Tumuc Humac ? Réflexions autour de la configuration historique et géographique de l'extrême sud de la Guyane. *Confins - Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia*, 2017, 33, 10.4000/confins.12476 . hal-01677889

HAL Id: hal-01677889

<https://hal.science/hal-01677889v1>

Submitted on 8 Jan 2018

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.



Confins

Revue franco-brésilienne de géographie / Revista
franco-brasileira de geografia

33 | 2017
Número 33

Pode-se atravessar os Tumuc Humac? Reflexões sobre a configuração histórica e geográfica do extremo sul da Guiana

Peut-on traverser les Tumuc Humac ? Réflexions autour de la configuration historique et géographique de l'extrême sud de la Guyane

Can one cross the Tumuc Humac? Reflections on the historical and geographical configuration of the extreme south of Guyana

François-Michel Le Tourneau



Electronic version

URL: <http://journals.openedition.org/confins/12476>

DOI: 10.4000/confins.12476

ISSN: 1958-9212

Publisher

Hervé Théry

Electronic reference

François-Michel Le Tourneau, « Pode-se atravessar os Tumuc Humac? Reflexões sobre a configuração histórica e geográfica do extremo sul da Guiana », *Confins* [En ligne], 33 | 2017, mis en ligne le 16 décembre 2017, consulté le 27 décembre 2017. URL : <http://journals.openedition.org/confins/12476> ; DOI : 10.4000/confins.12476

This text was automatically generated on 27 December 2017.



Confins – Revue franco-brésilienne de géographie est mis à disposition selon les termes de la licence Creative Commons Attribution - Pas d'Utilisation Commerciale - Partage dans les Mêmes Conditions 4.0 International.


Pode-se atravessar os Tumuc Humac? Reflexões sobre a configuração histórica e geográfica do extremo sul da Guiana

Peut-on traverser les Tumuc Humac ? Réflexions autour de la configuration historique et géographique de l'extrême sud de la Guyane

Can one cross the Tumuc Humac? Reflections on the historical and geographical configuration of the extreme south of Guyana

François-Michel Le Tourneau

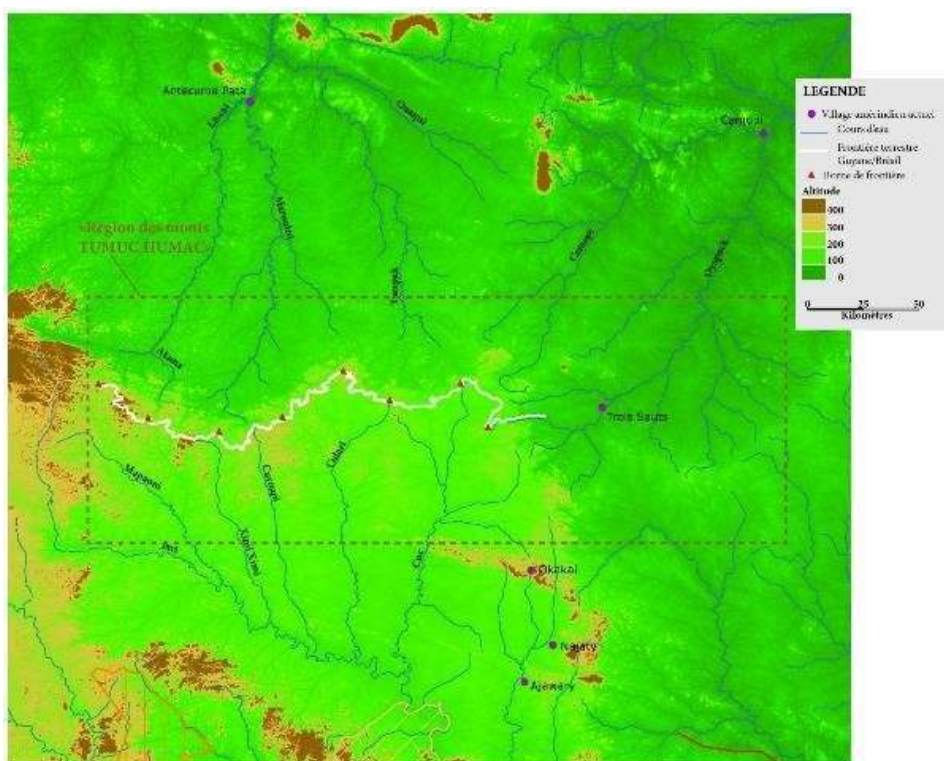
O autor quer agradecer os comentários e as correções de Pierre e Françoise Grenand a este texto. As precisões que eles sugeriram são assinaladas pela marca (PFG).

- 1 As montanhas de Tumucumaque fascinaram gerações de aventureiros, para quem a travessia de tais montes era uma façanha tão almejada quanto a primeira escalada do monte Everest – embora nenhum deles a tenha realizado in extenso. Essas aventuras, às vezes mortais, estavam ligadas em grande parte ao encanto exercido pelo topônimo; no entanto, a questão central é que a natureza geográfica dessas famosas "montanhas" é no mínimo duvidosa. Intensamente presentes e vívidas para alguns, inexistentes para outros, as "Montanhas de Tumucumaque" são míticas, isto é, um espaço geográfico capaz de evocar vários níveis de significados – retomando o conceito de terra mítica que Emmanuel Lézy (2001) atribuiu à Guiana Francesa. Nesse contexto, em que consistiria a travessia do Tumucumaque? A partir de uma pesquisa bibliográfica e de dados obtidos em campo durante várias expedições, nas quais atravessei a região de norte a sul e de leste a oeste, este artigo pretende explorar os aspectos históricos, ou geo-históricos, e territoriais que essa pergunta, não apenas retórica, permite abordar.
- 2 Afinal, para "atravessar as montanhas do Tumucumaque" é necessário ainda que estas existam enquanto objeto geográfico. Todavia, apesar de viagens precoces de exploração, a Serra só surge no mapa tardiamente e com mais frequência por via dos caminhos utilizados pelos Índios, que as contornam, do que por travessia direta. De barreira física (os ditos "Pireneus da Amazônia"), elas passam a ser também uma barreira simbólica, uma vez que foram definidas como fronteira pela arbitragem suíça no Contestado franco-brasileiro de 1900. Foi materializando a fronteira que os geógrafos do Instituto Geográfico Nacional francês (IGN), liderados por J. M. Hurault, puderam mostrar a inexistência de uma verdadeira cadeia de montanhas no sul da Guiana Francesa. Com isso, enquanto retira-se a barreira física, materializa-se a barreira simbólica, e a travessia da região do Tumucumaque se torna uma questão diplomática sujeita a autorizações, a vistos e a fiscalizações – situação reforçada nos anos 2000, quando lá foram delimitados dois parques nacionais – ainda que, na prática, a fiscalização seja essencialmente simbólica, em razão do isolamento que torna a área vulnerável a todo tipo de travessia ou exploração ilegal. Paralelamente, novos dados geográficos obtidos por observação espacial permitem conhecer melhor a configuração topográfica e hidrográfica da região, desvendando parcialmente a contradição existente entre a racionalidade geográfica e as impressões dos exploradores.
- 3 A partir de documentos históricos e de dados geográficos de observação espacial e de campo, abordaremos primeiramente o contexto histórico do aparecimento dos montes do Tumucumaque, em seguida a sua transformação em zona de acesso restrito e as dificuldades em realizar esse controle, para, enfim, propor algumas reflexões sobre a configuração topográfica e sobre suas implicações em termos de deslocamento. Afinal, atravessar a Serra do Tumucumaque é possível, o difícil é escolher o caminho certo.

Das primeiras explorações ao aparecimento dos montes do Tumucumaque

- 4 A exploração do interior da Guiana Francesa foi tardia, tanto que somente a partir do século XVIII os viajantes (ao menos os que, participando de expedições oficiais, deixaram registros e diários de viagem) alcançam o sul do atual departamento francês. No entanto, a leitura desses relatos não permite supor claramente a existência de um relevo particular nessa zona; é preciso esperar os célebres exploradores Jules Crevaux e Henri Coudreau para que a lenda do Tumucumaque ganhe forma. Paralela e paradoxalmente, a presença dos Ameríndios, que permitia as primeiras circulações na zona, diminui rapidamente, de forma que a revelação do sul da Guiana Francesa ao público em geral coincide com o colapso do sistema que lá possibilitava certo deslocamento.

Figura 1: mapa geral da região do Tumucumaque



- 5 1 Um maciço a princípio ignorado
- 6 A exploração tardia do sul da Guiana Francesa ocorreu principalmente devido ao distanciamento de Caiena e às dificuldades enfrentadas para subir os cursos d'água, interrompidos por inúmeros saltos. Partindo do litoral guianense, o acesso à região sul só é possível por meio de duas vias: os rios Oyapoque e Maroni que, depois de no mínimo 250 km de navegação pelo curso principal, dão acesso a afluentes que correm por toda a região da fronteira com o Brasil. As primeiras expedições que deixaram registros aconteceram no decorrer do século XVIII pelo rio Oyapoque, às margens do qual havia algumas missões que serviam de pontos de apoio e passavam informações sobre os povos indígenas do interior, além de disporem de guias e carregadores¹. Muitas outras não foram documentadas e, provavelmente, eram informais. Noyer (1831) aponta ainda que os

Jesuítas instalados no Oiapoque fizeram expedições de reconhecimento por conta própria e sabiam que a zona constituía uma área a partir da qual era possível alcançar afluentes do Amazonas. Também é possível que essas informações tenham sido dadas pelos ameríndios que frequentavam as missões e que, ressaltamos, percorriam a rede hidrográfica de um lado ao outro, dominando perfeitamente a sua configuração.

- 7 A primeira exploração de que se tem registro é a do sargento La Haye, em 1728-29; este subiu o Oiapoque, lançando-se em seguida no rio Camopi e passando a linha divisória de águas em direção ao Amazonas, até alcançar a Cachoeira Macacoara no rio Jari. Dessa forma, La Haye realiza a primeira travessia de norte a sul da região do Tumucumaque, mas não menciona em nenhum momento esse topônimo em seu relato – embora tenha frequentado inúmeros vilarejos indígenas ao longo do percurso e se interessado pelos nomes dados aos cursos d'água e à toponímia local em geral. No seu relatório, ele dá conta da dificuldade do trajeto e da alternância entre grandes colinas e manguezais, e descreve de forma bem clara os *inselbergs* que caracterizam a região. No entanto, chegado a uns quinze quilômetros do divisor de águas e posto num ponto alto², o sargento não parece considerar a zona como um maciço montanhoso identificável mas como uma paisagem onde alguns picos aparecem no meio de grandes pântanos:
- 8 No segundo dia de caminhada, passamos por cima de uma montanha bastante escarpada, cujo topo é como uma plataforma de rochas, onde nada cresce a não ser arbustos de nonatélías. De cima dessa plataforma, descobrem-se duas outras montanhas Yaroupi, uma muito afastada e outra, que parece muito próxima, são apenas rochedos de furões, monstruosa e pontuda. Nela, não há nem árvores nem arbustos, além de um pequeno buquê de nonatélías no seu cume. Eu queria ir vê-la a pé, mas os índios apontaram mil dificuldades, seja por receio de ir até lá ou por outro motivo. Continuamos nosso caminho deveras cansados por causa das montanhas muito íngremes que tínhamos de escalar a todo momento. Não obstante, não há caminhos abertos de forma alguma e no sopé dessas montanhas há apenas mangues que devemos atravessar.
- 9 Apesar do difícil acesso, a região do divisor de águas com o Amazonas não é, no entanto, inacessível – e é rica de recursos interessantes. La Haye localiza em torno da nascente do *Cuyari* (atualmente rio Culari³) florestas ricas em cacauzeiros nativos. Devido à especulação que rodeava o cacau nessa época (Alden, 1976) e os lucros potenciais, muitas expedições retornam para essa zona por diversos itinerários nos anos seguintes (Froidevaux, 1895): Capperon a partir de 1730, Monty em 1731 pelo rio Aprouague e La Haye novamente em 1731-32, dessa vez descendo pelo rio Maroni. Nenhum deles utiliza o topônimo Tumucumaque (ou algo que se aproxime disso) para designar o relevo que atravessam. O primeiro menciona colinas e *inselbergs*, mas não cadeia de montanha⁴. O segundo faz menção a um panorama mais contrastante quando descreve a paisagem vista do alto de um *inselberg*:
- 10 Em três de julho, fui ver a montanha do rochedo de Maecoli, que é nua, sem nenhuma árvore em cima, extremamente alta e íngreme. De lá, descobri várias outras montanhas de rochas: uma semelhante àquela de Maheury a nordeste, algumas raras a norte e a oeste, uma cadeia de montanhas muito elevada a leste, outra um pouco menos alta a sudeste⁵.
- 11 A “cadeia de montanhas muito elevada a leste” é provavelmente o monte Saint Marcel⁶, e anota-se que esta não configura um conjunto contínuo, pois é distinta das outras, menos notáveis, identificadas nas outras direções. Olhando na mesma direção, é possível que ele também tenha avistado os relevos situados no interflúvio entre o Oiapoque e o Araguari,

ou ~esseja, mais a nordeste do atual Amapá do que ao sul da Guiana Francesa. Foram provavelmente estes mesma que atravessaram La Jeunesse e Saint Julien, em 1744, durante sua viagem do Oiapoque para o Araguari.

- 12 Em 1767, foi a vez de Patris se lançar rumo ao alto curso do Oiapoque e ao sul da Guiana Francesa. Ele também sobe o rio Camopi, porém utilizando o caminho dos Emerillon⁷ para entrar na bacia do Maroni. De acordo com a relação de viagem do mulato Tony⁸, Patris teria atravessado o divisor de águas entre os rios Litani e Mapaoni, este último sendo um afluente do rio Jari e portanto situado na bacia do rio Amazonas (Barbé de Marbois, 1834 : 306). Incapaz de persuadir seus guias a segui-lo em direção ao Amazonas, ele retorna e alcança Caiena descendo o Maroni. Tony traz também mais detalhes sobre a organização das aldeias indígenas encontradas em volta do Maroni – particularmente sobre a existência de uma verdadeira confederação Wayana nas redondezas do rio Litani e do alto Jari – do que sobre a configuração geográfica da fronteira. Contudo, ele nota a presença de inselbergs: "Perto da aldeia deles, há uma montanha chamada *Conyarionaca*: são rochedos empilhados onde não cresce planta alguma. De seu topo, descobre-se uma grande cadeia de montanhas a oeste." Também afirma que nessa zona se encontra a linha divisória de águas com a bacia do Amazonas:
- 13 Do outro lado, na direção sul, a um dia de caminhada encontramos o alto do rio Mapahoni; este deságua no Jari, que acaba no Amazonas. Assim, os Rocouyens* habitam o ponto mais elevado dessa parte do continente, uma vez que é onde os rios se dividem. Para desaguar no Oceano, de um lado, e no rio Amazonas, de outro.
- 14 Apenas dois anos mais tarde, o geógrafo Simon Mentelle também realiza expedições pela região. A expedição de Patris proporcionou o estabelecimento efetivo de um bom contato com os índios Wayana que, por sua vez, reclamavam das incursões de Marrons vindo do Suriname. O governo da Guiana Francesa despacha então uma expedição para se informar sobre a situação e, se necessário, impedir a invasão. Entretanto, o trajeto seguido passava bem mais ao norte, visto que explora outra vez a passagem entre as bacias do Oiapoque e do Maroni pelo afluente Tamouri e pelo caminho de transporte dos Emerillon. Apesar disso, Mentelle parece ter obtido informações sobre o sul da região. De acordo com Noyer (1831), ele provavelmente teria aconselhado Dr. Leblond a procurar por árvores de quinino no sul, em razão da provável existência de uma grande cadeia de montanhas.
- 15 A expedição de Leblond, em 1789, no entanto, poderia ter alertado sobre a realidade não corresponder a essa projeção. O próprio Leblond acreditava de fato que encontraria relevos imponentes.
- 16 Fui para o Oiapoque com 24 homens, levando bastantes mantimentos e mercadorias de troca, com a intenção de alcançar sua nascente, atravessar altas montanhas que, digamos, são a sequência das Cordilheiras, para lá procurar quinino e então seguir por alguns afluentes que me levariam ao Amazonas.
- 17 Mas, após passar a nascente do Oiapoque, ele observa: "Há três dias adentrei nessas terras, rumando o sul. Ultrapassei em várias léguas a nascente do Oiapoque e não vi nem sinal da cadeia de montanhas da qual me falaram tanto." (Hurault, 1965:13).

Creveaux e Coudreau criam a lenda das Montanhas do Tumucumaque

- 18 As informações publicadas na primeira metade do século XIX e o prêmio oferecido pela Sociedade de Geografia de Paris para a exploração do interior da Guiana Francesa indicam

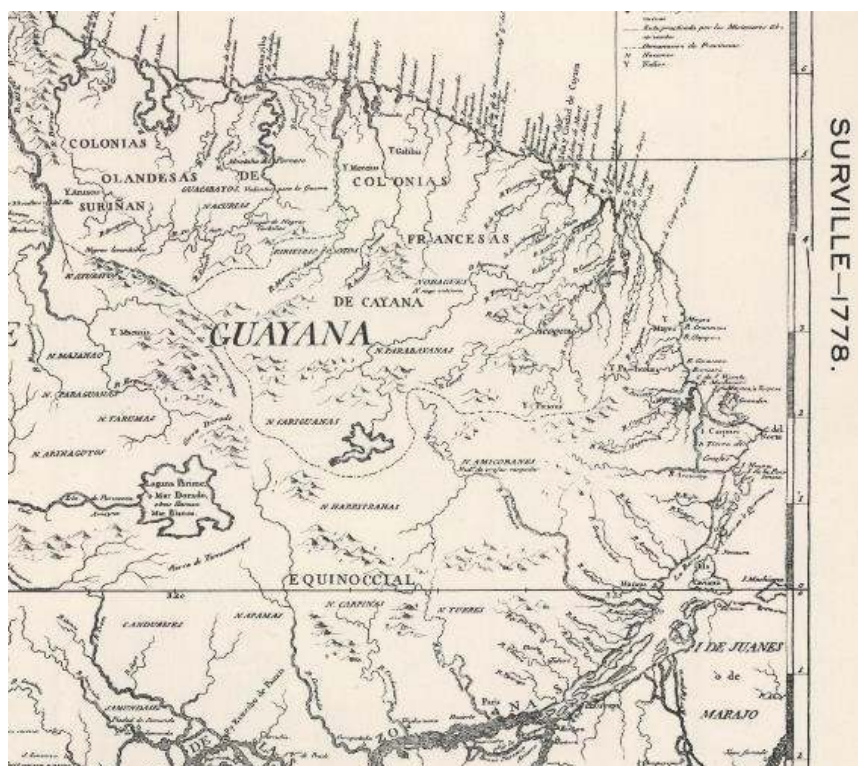
que, pouco a pouco, impôs-se a ideia de uma barreira montanhosa contínua no sul da região, partindo de três deduções: a primeira é relativa à imponência dos cursos d'água. A largura da foz dos rios Oiapoque e Maroni e a extensão visivelmente modesta das suas bacias levaram os geógrafos a acreditarem que eles provinham de regiões montanhosas (com alta captação pluvial). A segunda é similar, mas diz respeito ao Amazonas: de acordo com os geógrafos, um rio tão grande só poderia dispor de uma bacia delimitada por altas montanhas. Se o divisor de bacias hidrográficas de inúmeros rios (como Essequibo, Orinoco ou mesmo os que drenam para a costa do Pacífico na América do Sul) surgem em meio a verdadeiros maciços montanhosos, parecia lógico que o mesmo ocorresse no sul da Guiana Francesa. A terceira é proposta por Jean-Marcel Huralt (1973), que destaca a relevância das metáforas fisionomistas na época. Via-se então a Terra como um organismo vivo e procurava-se por sua coluna vertebral, costas ou ossos, materializados no relevo; retomando a analogia com a imensidão da Amazônia, essa ossatura terrestre deveria ter a mesma proporção. Logo, no mínimo deveria existir uma cordilheira para separar a Guiana Francesa do Brasil.

- 19 Apesar do alerta de Leblond, a ideia de uma barreira montanhosa permanece. Aos poucos ela vai sendo nomeada, visto que o topônimo "Tumucumaque" aparece nos mapas no fim do século XVIII, tornando-se recorrente a partir de 1840, de acordo com Gabriel Marcel (1899). O primeiro mapa que faz referência ao termo é o de Olmedilla (1775), que menciona uma "*Sierra do Tumuràque*" bem ao sul da Guiana Holandesa⁹, menção e posição retomadas no famoso mapa de Surville de 1772 (f.2). Nesse segundo mapa, a serra em questão se encontra ao sul do lago Parimé, que supostamente contorna a famosa cidade do Eldorado (o mapa de Olmedilla também aponta um lago, mas não o nomeia), relação que sem dúvida explica em parte o fascínio exercido pelo Tumucumaque. É só no século XIX que o topônimo migra para o leste e se aproxima da Guiana Francesa, à qual não é associado por nenhuma raiz etimológica plausível, apesar dos esforços de Creveaux para atribuir-lhe um significado. Sua forma definitiva em francês aparece no mapa do Alferes Vidal, que coordena os trabalhos de delimitação da fronteira com a Guiana Holandesa em 1860 (Huralt, 2000). Vidal representa a "*Sierra Tumuc Humac*" como uma verdadeira cordilheira divisória de águas.
- 20 No entanto, a materialização da Serra nos relatos dos exploradores demora a acontecer. Em meados de 1830, tanto Adam de Bauve quanto o farmacêutico Leprieur percorrem a região da nascente do Oiapoque e passam pela Bacia do Jari, descendo seus cursos d'água. Nenhum dos dois faz uso do topônimo *Tumuc Humac*, tampouco citam montanhas. Leprieur, em particular, faz reconhecimentos na zona divisória de águas. Ele indica: "toda a região que eu visitei durante esse tempo é deveras acidentada, mas pouco elevada, as sequências de colinas que encontramos aqui não ultrapassam, na parte que percorri, 600m de altura" (1834). Todavia, ele mesmo provavelmente escutou a teoria sobre a existência de relevos mais destacados na região e também era favorável à analogia com a dimensão dos cursos d'água, tanto que registra:

há montanhas em grande número e a direção da linha que formam é praticamente leste a oeste; são pouco elevadas em geral (ao menos as que medi), embora deem surgimento ao Oiapoque, Arawari, Mapari, Jari e a outros rios que deságuam no Amazonas ou no oceano; elas devem ser consideradas como a parte mais baixa dos contrafortes a extremo leste da linha divisória de águas da Guiana Francesa e do Brasil. (Ibid. : 209).

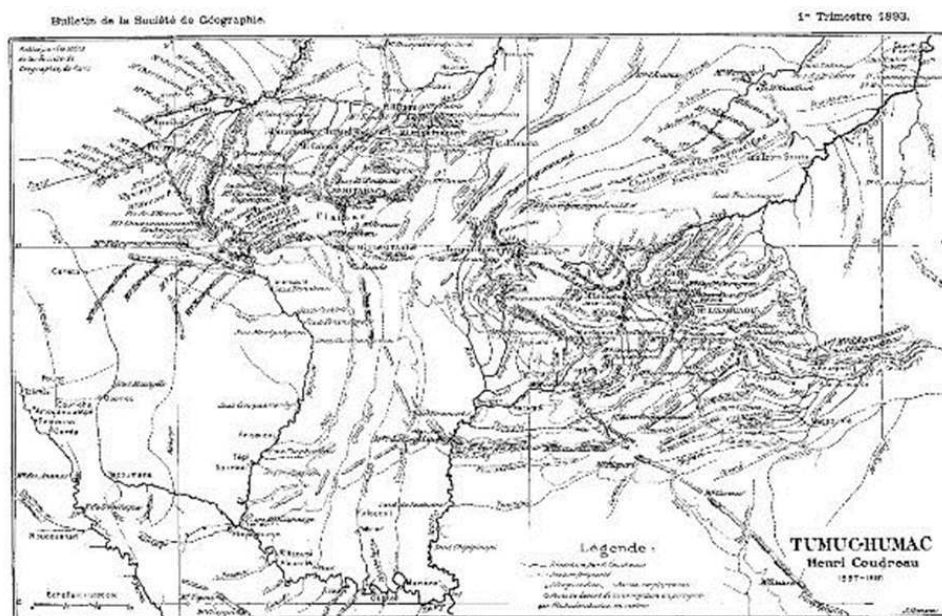
- 21 Então, existiriam montanhas, mas mais longe...

Figura 2: o mapa de Surville (1778, Fonte: coleção particular de David Rumsey)



- 22 É preciso esperar até os anos 1870, com as expedições de Jules Crevaux, para que apareça claramente o nome *Tumuc Humac* (retomando a grafia de Vidal, o que dá a entender que os mapas dele inspiraram Creveaux e posteriormente Coudreau). Efetivamente, a travessia dessa "cadeia" constitui o objetivo de sua viagem e, alcançando-a pelo rio Maroni com mais facilidade do que havia previsto, ele nota: "A cadeia do Tumucumaque, que separa as bacias do Maroni e do Jari, é bem menos imponente do que imaginamos geralmente. O barômetro não nos indica altitudes maiores que 400m acima do nível do mar". Não havia muito então para alimentar o mito, ainda menos considerando que "Tais observações são uma contradição completa com a teoria de que a cadeia de montanhas do Tumucumaque é a origem de todo o ouro das Guianas." (1878: 411). Assim como muitos de seus precursores, também é a descoberta de filões auríferos que preocupava Crevaux (e mais ainda as autoridades); Ora, nesse âmbito a procura se revela igualmente pouco frutífera. Enfim, Crevaux parece ligar mais especificamente o topônimo *Tumuc Humac* às colinas que encontrou perto do Maroni: ele quase não menciona esse topônimo quando evoca sua passagem do Oiapoque ao Cuc.

Figura 3: o *Tumuc Humac* de Coudreau, mapa publicado pelo boletim da Sociedade de Geografia de Paris.



- 23 Seu sucessor na exploração da zona, Henri Coudreau, argumentará no sentido contrário. Este descreve, com efeito, o Tumucumaque como uma espécie de cadeia de Pireneus que marcaria a fronteira com a bacia do Amazonas: "A Guiana Francesa forma um anfiteatro do mar ao Tumucumaque, como em uma série de altos degraus de escadas" (1893: 66-67). E se nenhum explorador antes de Crevaux disse isso... foi simplesmente porque não viram bem:
- 24 Estou às portas do inexplorado. Sabemos que de fato a cadeia de montanhas do Tumucumaque permanece até hoje completamente desconhecida e desenhada ao acaso nos mapas. Nenhum dos exploradores da Guiana Francesa, nem Grillet, Patris, Mentelle, Leblond, Leprieur ou Crevaux puderam estudá-la. Crevaux a atravessou no alto do Maroni, depois no do Oiapoque, mas, na primeira vez, contentou-se em citar quatro nomes de picos, sem fazer o levantamento topográfico, e na segunda vez passou por vales e não viu montanhas. Mal falando a língua dos *roucouyennes* e nada de ayampi, não pode pedir informações. (...) Tenho diante de mim um maciço montanhoso de 300 km de extensão por 100 km de largura, do tamanho da Bélgica. Passados 300 anos que possuímos a Guiana, nossos exploradores ainda não puderam levantar nada de afirmativo sobre essa misteriosa cadeia do Tumucumaque. Trata-se de descobrir esse maciço em seu conjunto, estudá-lo no detalhe. Para me guiar, tenho zero documentos escritos, zero ensinamentos indígenas minimamente precisos, nada. (Ibid.:92)
- 25 Então, o objeto da busca de Coudreau é a travessia das famosas montanhas. Ele descreve detalhadamente os reconhecimentos de oeste a leste a partir de Pililipou, vilarejo onde passa o inverno no começo de sua jornada; depois, tenta outros reconhecimentos partindo do leste, principalmente do rio Cuc. De acordo com o explorador, durante um deles foi capaz de religar os dois lados – fato refutado por Jean-Marcel Hurault (1973) com vários argumentos que levam a crer que, na verdade, o explorador tentou embelezar seu relato para atribuir a si a "estreia" na travessia de leste a oeste dos Tumucumaque - o que estava, na realidade, fora do alcance. Os mapas de Coudreau, que incluem cadeias e

colinas, ficaram por muito tempo no imaginário da topografia da região, em particular o publicado em 1893 pela Sociedade de Geografia (figura 3). A existência dessas montanhas é assumida, embora as provas apresentadas pelos exploradores fossem bem frágeis. Mas quem poderia contestar a palavra de um explorador tão aguerrido?

Um obstáculo manifestamente ignorado pela população ameríndia

- 26 Grande parte das informações obtidas pelos exploradores vinha dos Ameríndios da região, com os quais buscavam um diálogo que os auxiliasse a guiar suas expedições. Além disso, o próprio reconhecimento da população indígena já constituía um dado importante para os viajantes. As etnias amigáveis permitiriam ir mais longe, ao contrário das etnias hostis ou aliadas dos portugueses, sobretudo no século XVIII, que poderiam impossibilitar prosseguir – sem contar a mão de obra em potencial representada pelos índios, tendo até mesmo La Haye tentado levar consigo um "escravo" trocado por ferramentas em uma aldeia do rio Culari.
- 27 Encontra-se grande quantidade de informações em todos os relatos citados. Invariavelmente, eles apontam a existência de inúmeras aldeias ao norte ou ao sul do divisor de águas, bem como a frequência de comunicação entre as duas vertentes. La Haye pode ir rumo à nascente do rio Culari graças aos caminhos de comunicação dos Índios, por onde passarão também De Bauve, Leprieur, Creveaux e ainda Coudreau, seja para atravessar a bacia do Jari ou para chegar até o Amazonas.
- 28 Por vezes é salientada a facilidade da passagem, como nos escritos de De Bauve ainda no Oiapoque: "Rouapirer mandou me dizer que, se eu também quisesse lhe dar um sabre e um machado, ele teria o cuidado de manter intacto seu estabelecimento que recém deixara, situado a um dia de distância indo por um afluente do Amazonas" (1835:28). Os ameríndios do alto do Oiapoque podiam então abrir roças para a outra vertente, o que leva a supor que eles não tinham muitas dificuldades para circular entre as duas. Leprieur percebe que os Wajãpi do Oiapoque
- 29 são unidos aos do Jari por elos de parentesco que o distanciamento atual não enfraqueceu ainda; no começo da temporada de chuvas, assim que todos os trabalhos de plantio foram realizados, eles vão visitar seus parentes ou amigos além dos montes. Graças a essas relações e esse hábito de viagem, é muito fácil encontrar guias para passar do Oiapoque ao Jari, e por causa dessa facilidade de comunicação eu estava determinado a reconhecer o caminho que conduz do Oiapoque ao Amazonas por esse afluente, esperando que posteriormente ficasse mais fácil obter as coordenadas para me dirigir seguramente ao Maroni, denominado "Arawa" pelos povos que o habitam no curso médio. (1834: 212).
- 30 Em sua estadia em Pililipou durante o inverno, Coudreau descreve ainda a visita de viajantes vindos do outro lado dos montes, os quais habitavam o rio Ximi-Ximi e também frequentavam o rio Ouaqui ou o curso superior do Oiapoque. (1893: 157-158).
- 31 A população ameríndia parece, então, ignorar totalmente a "barreira" que deveria ter representado uma grande cadeia de montanhas¹⁰. Contudo, ainda que eles mesmos reconhecessem que os Índios circulavam facilmente na zona, os exploradores não chegam à conclusão que se impõe e continuam a postular a existência de um maciço montanhoso. Quanto às dificuldades encontradas por Coudreau para atravessá-lo ao centro - apesar de o sargento La Haye ter atravessado com facilidade no século anterior -, estas serão bem explicadas outra vez por Hurault (1957) e novamente relacionadas ao povoamento

ameríndio. Com efeito, é o desaparecimento progressivo das aldeias e não o relevo que torna essa zona impenetrável. Sem os guias que conhecem a região e sem os pontos de reabastecimento formados pelas aldeias, os exploradores se deparam com limitações logísticas impossíveis de superar naquela época.

Uma barreira duplamente simbólica no século XXI

- 32 No século XX, houve um duplo movimento no que diz respeito às montanhas do Tumucumaque. Por um lado, elas são confirmadas como fronteira entre a Guiana Francesa e o Brasil e por esse fato acabam sendo cartografadas. Esse desdobramento mostra que elas não existem de fato, ou ao menos não sob a forma concebida até então. Por outro lado, mesmo que se tenha um melhor conhecimento da região, o acesso ainda permanece complicado, não somente em função das dificuldades físicas, mas também de sua classificação como zona de proteção ambiental.
- 33 1 Quando a montanha torna-se fronteira (e, de passagem, desaparece)
- 34 Como se sabe, o traçado da fronteira entre a França e o Brasil foi finalmente determinado por meio de uma arbitragem internacional, expressa pela Suíça em 1900 (Granger, 2012; Le Tourneau, 2013). A maior parte do contestado tinha relação com o rio Oiapoque, tendo em vista que os brasileiros queriam que o "Japoc ou rio Vincent Pinzon" fosse o rio mencionado no tratado de Utrecht, ao passo que os franceses sustentavam que o tratado referia-se ao rio Araguari ou ao Calçoene. Mas a arbitragem deveria resolver também um segundo ponto, referente ao traçado do limite interno que separaria os dois países uma vez determinado o curso d'água dos tratados históricos. Várias opções eram possíveis: "Quanto ao limite interno, o árbitro optará entre as fronteiras reivindicadas pelas partes e a linha divisória de águas dos montes do Tumucumaque, cujo ponto de princípio será diferente conforme o rio adotado como limite marítimo – seja o Oiapoque, o Araguay ou um curso d'água intermediário." (Conselho Federal Suíço, 1900: 8)
- 35 A sentença suíça despende pouco tempo nesse segundo ponto, mesmo sendo de grande importância para configuração do território da Guiana Francesa. Tendo eleito o Oiapoque como fronteira até sua nascente, a sentença a fixa "no divisor de águas até a fronteira com a Guiana Holandesa". Dessa forma, a confederação suíça decide restringir as posições brasileiras, uma vez que o Barão de Rio Branco demandou-lhe que o limite fosse levado ao longo do paralelo 2°24' de latitude norte, o que teria como consequência colocar o conjunto do Tumucumaque no espaço brasileiro – uma demanda realizada unicamente para fazer frente às reivindicações francesas que iam até Rio Branco. A descrição da região dos Tumucumaque no registro suíço é ambígua, pois mistura as informações de que dispõe, particularmente as que vêm de Coudreau, porém sem adotar totalmente suas teses: "A montante, o terreno ascende em degraus até os picos pouco elevados dos morros orientais dos montes do Tumucumaque. Esse sistema de colinas, entre as quais a mais elevada tem 800m, enquanto os montes orientais medem 400 a 450m, fica na região da nascente do Oiapoque, do Cachipour e do Araguay" (*Ibid.*:56). Entretanto, mesmo que a descrição os compare a um sistema de colinas e não a cadeias de montanhas, mantém-se o topônimo e a descrição desses relevos como um conjunto coerente. A menção à Serra do Tumucumaque permanecerá efetivamente nos mapas durante cinquenta anos.
- 36 A famosa serra vê sua estrela ofuscada a partir dos anos 1950, com as missões de delimitação de fronteira lançadas pela IGN. De fato, a arbitragem suíça nada acrescentara

à cartografia da região e o traçado presente nos mapas da época ainda era baseado nos trabalhos de Coudreau. Apesar da previsão suíça de que a fronteira seria rapidamente demarcada, nada foi feito durante as duas primeiras décadas do século XX. No fim dos anos 1920, uma primeira tentativa quase aconteceu por demanda brasileira. No entanto, enquanto a França validava a atribuição de créditos no Parlamento (em 1931), o Brasil era atingido pela crise de 1929 e não podia arcar com os custos em questão. Após, foi a França que se encontrou em condições menos favoráveis, de forma que a tarefa do esclarecimento das fronteiras amazônicas, confiada à Primeira Comissão Demarcatória de Limites (PCDL) de Belém, começou pelas Guianas inglesa e holandesa, antes de passar à Venezuela. Contudo, a França se associou brevemente a essa demarcação em 1938. Com efeito, o fim dos trabalhos com os holandeses resultou na delimitação do ponto de trijunção entre Brasil-Guiana Holandesa-Guiana Francesa e delegados franceses foram convidados a se reunir com outras delegações no ponto em questão para participar da sua definição (Le Tourneau, 2013). Uma expedição realizada pelo engenheiro Grébert e pelo capitão Richard seguiu o rio Maroni e contribuiu para a delimitação do ponto, onde foram levantadas as coordenadas. A parte francesa aproveitou sua presença para elaborar uma cartografia sucinta da zona em torno desse ponto, sobretudo de uma parte do maciço Mitaraká.

- 37 França e o Brasil se encontraram para demarcar a sua fronteira comum somente uma década depois do término da Segunda Guerra Mundial. A parte terrestre da tarefa pouco interessou ao Brasil, o que é estranho haja vista a grande quantidade de expedições realizadas pela PCDL (que virou Comissão Brasileira Demarcadora de Limites - CBDL) para delimitação das fronteiras com os outros vizinhos. Ele concentrou-se principalmente na questão do Oiapoque, que parecia mais estratégica por duas razões. A primeira é a existência de duas opções de cursos d'água formadores, o Kerindioutou e o Mutaquere, entre as quais a missão de delimitação deveria escolher um braço principal – o que poderia implicar uma perda substancial de território caso não fosse confirmado o afluente norte. A segunda é que o Brasil desejava ter uma visão clara de sua soberania sobre o curso do Oiapoque, potencial via de navegação internacional.
- 38 As operações de delimitação de fronteira se desenrolaram em duas fases¹¹. Em 1956-57, uma série de expedições de campo permitiu cartografar a região e delimitar um traçado correspondente ao terreno. Em 1961-62, sete marcos foram posicionados em pontos específicos, a fim de materializar o traçado sobre o qual as delegações haviam concordado. Na primeira fase, do limite interno, os trabalhos foram confiados à IGN, sem incluir o Brasil, cuja única participação foi validar os resultados. Os engenheiros Jean-Marcel Huralt e Pierre Frénay coordenaram várias expedições que seguiram os principais rios abaixo do divisor de águas até o limite de navegabilidade, então se aproximaram da fronteira a pé para fazer reconhecimentos de ambos os lados dos pontos alcançados. Para seu trabalho, eles tinham à disposição uma série de fotografias aéreas tiradas durante uma campanha especial da aeronave utilizada pela IGN na época, tendo conseguido algumas só quando já estavam em campo. Por essa razão, os trabalhos deles foram bem mais rápidos do que geralmente eram os realizados pela comissão brasileira, que se baseava antes de tudo na exploração a pé das regiões fronteiriças. Entretanto, em 1961-62, os brasileiros participaram dos trabalhos de demarcação, sua presença sendo indispensável para o reconhecimento dos marcos como limites internacionais. Note-se que o trecho entre o ponto de trijunção delimitado em 1938 e o marco nº 1 não foi reconhecido pelas expedições dos anos 1950, pois a linha divisória de águas parecia clara

nas fotografias aéreas. Ainda em 1961-62, foi lançado um reconhecimento nos dois picos do maciço do Mitaraka, mas sem percorrer o conjunto da fronteira dessa zona (IGN, 2005).

39 A interpretação das fotografias aéreas e os trabalhos de campo mostraram que no sul da Guiana Francesa não existem maciços nem cadeias, somente um mar de colinas sem direção específica ou homogeneidade, nada diferente do relevo do centro do departamento francês (aliás, onde se encontra seu ponto culminante). Só na parte oeste da referida fronteira, próximo ao ponto de trijunção e ao redor do Mitaraká, e na parte oriental, mas com picos menos altos (Mont du Belvédère, Mont Saint Marcel), aparece um relevo mais marcado, mas nada que permita de falar numa barreira contínua de uma extremidade até a outra.

40 Jean Marcel Huralt concluiu então:

Coudreau preenche o sul da Guiana com cadeias e maciços imaginários. Podemos dizer que ele deu corpo à lenda. Seu 'mapa do Tumucumaque' revelou a seus contemporâneos a configuração detalhada da famosa cadeia de forma que nada os faria duvidar da existência desta, até o momento em que o sobrevoo da região do extremo sul provou que ela não era mais acidentada do que o resto da Guiana. (1973:244)

41 Ao contrário de seus dois precursores famosos, o geógrafo da IGN implementa a expurgação desse topônimo controverso, principalmente a fim de conter o fascínio que o cerca.

42 Desde o começo dos trabalhos da IGN na Guiana, eu tinha constatado que a cadeia do Tumucumaque não existia. Inúmeras vezes, solicitei a supressão desse topônimo. Lembrou-me de ter escrito em alguma das anotações: 'tomando essa medida, não curaríamos os desequilibrados, eles apenas procurariam o objeto de sua fantasia em outras Guianas. (2000:383).

43 Então, Huralt adverte:

O emprego do termo 'Tumucumaque' é danoso. Ele não faz referência a nada preciso, pois não há nenhuma cadeia montanhosa na fronteira sul da Guiana. Claramente, tendemos a aplicá-lo a toda a parte meridional do território, representada como uma área misteriosa e impressionante, deixando subentendido que apenas seres de elite podem afrontá-la. (...) O termo Tumucumaque é resultado de uma longa série de farsas e enganos. Está na hora de relegá-lo definitivamente ao passado.

A transformação em santuário no início do século XXI

44 Apesar de definida como fronteira, a Serra do Tumucumaque permanece na condição de limite remoto (e mesmo assim não escapa das pressões, como veremos adiante). Pouco acessível, ela faz parte de uma vasta zona da Guiana Francesa cujo acesso é restrito e controlado pelo governo desde 1970, a fim de proteger as populações indígenas (NAVET, 1998). No Brasil, nenhuma medida específica foi aplicada até o início do século XXI. Nesse momento, o excepcional estado de preservação do seu meio ambiente – conquista de sua dificuldade de acesso – a recoloca como prioridade.

45 A ideia de transformar a região do Tumucumaque em zona de proteção ambiental não era novidade para o governo brasileiro. Em 1975, o relatório RADAM (Radar da Amazônia) consagrado à região já sugeria essa possibilidade para o rio Ximi-Ximi, baseando-se na

riqueza da biodiversidade da região, além do fato de que seu relevo e a qualidade do solo a tornam imprópria para a agricultura. Em 1992, enquanto o Brasil preparava a Conferência do Rio de Janeiro, a ECO-92, o projeto foi retomado (Gallois, 2008), mas no fim foi abandonado em detrimento de outras áreas de proteção ambiental de grande extensão que seriam criadas na Amazônia. Em 1999, evoluiu a ideia de uma área de proteção ambiental que contemplasse os dois lados da fronteira com a Guiana Francesa e diminuísse a pressão exercida pelos garimpeiros.

- 46 Contudo, a situação se resolve apenas no início dos anos 2000. Nessa época, o Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) estava em maus lençóis, acusado pelo Ministério Público de ter contribuído para o desmatamento da Amazônia. Para evitar a pesada multa, o Instituto propôs uma transação compensatória através da qual cederia uma parte de seu patrimônio fundiário para criar novas zonas de proteção ambiental¹². Nesse contexto, em 2001, foram realizadas audiências públicas e feitos estudos pelo Museu Goeldi de Belém sobre a criação de um parque nacional. As consultas continuaram no ano seguinte, o parque sendo enfim anunciado oficialmente e homologado com cerca de 3,8 milhões de hectares em 22 de agosto de 2002 (a tempo de ser anunciado na Conferência de Durban – ou Rio +10 – como o maior parque nacional de floresta tropical do mundo.) Fazendo jus à lenda, o nome dado a essa nova área protegida é "Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque".
- 47 Não obstante, nesse estágio a criação é ainda essencialmente simbólica, na medida em que a região é pouquíssimo conhecida. De 2003 a 2005, cinco expedições de reconhecimento foram despachadas com o apoio do projeto ARPA (Associação Riograndense de Proteção aos Animais) e do WWF (*World Wide Fund for Nature*). Paralelamente, a estrutura administrativa é estabelecida (mas com apenas meia dúzia de setores para quase quatro milhões de hectares...). Em 2010, finalmente foi aprovado um plano de gestão fixando as orientações gerais a curto e médio prazo, bem como o zoneamento do território.
- 48 De lado francês, a origem do processo foi semelhante, tendo a criação de um parque no sul da Guiana francesa sido anunciada durante a ECO-92. No entanto, apesar de dois projetos elaborados em 1995 e em 2000, a criação fica estagnada por muito tempo por causa das questões das populações locais e do acesso aos recursos naturais (Grenand, Bahuchet et Grenand, 2006 ; Grenand & Grenand, 2011) . Somente em 2006 o terceiro projeto foi validado pelos colaboradores e, em 27 de fevereiro de 2007, homologado por um decreto ministerial (Aubertin et Filoche, 2008). Conforme a nova legislação sobre parques naturais, em vigor desde 2006¹³, o território do "Parque Amazônico da Guiana Francesa, Parque nacional" está dividido em duas partes: a zona central (2,03 milhões de hectares), onde a proteção ambiental é total, e a zona de livre adesão (1,36 milhões de hectares) negociada com as comunidades e onde as atividades legais são definidas por uma carta.
- 49 Os dois parques se unem ao longo da fronteira terrestre entre a Guiana Francesa e o Brasil e, com exceção de uma pequena parte em volta do alto do Oiapoque no lado francês, o conjunto do relevo considerado como pertencente à Serra do Tumucumaque se encontra na zona central das áreas protegidas. A vocação dos Tumucumaque como reserva natural está, então, definitivamente selada desde os anos 2000.

Vazio demográfico e pressões externas

- 50 A maior parte das aldeias indígenas da região do Tumucumaque desapareceu nas primeiras décadas do século XX, particularmente as que se localizavam nos afluentes principais do Jari - os rios Ximi-Ximi e Mapaoni. No início dos anos 1950, havia somente duas áreas ocupadas por indígenas. A primeira, formada pelos Wayana, localizava-se no lugar chamado Molocopote, 10 quilômetros a jusante da desembocadura do rio Mapaoni no Jari. Essa aldeia foi finalmente abandonada pelos últimos habitantes nos anos 1970, devido aos conflitos repetitivos com os garimpeiros que invadiram a região. A segunda, situada no rio Cuc e nos principais afluentes da margem esquerda, era ocupada por aldeias dos Wayãpi. Também por causa da presença dos garimpeiros, mas sobretudo por dificuldades sanitárias e epidemias recorrentes¹⁴, ondas migratórias de sobreviventes dessas aldeias chegarão ao Oiapoque no fim da década 1960 (Grenand, 1982 ; Le Tourneau, 2013).
- 51 Com isso, a partir de 1975, uma vasta região de ambos os lados do divisor de águas ficou totalmente deserta de populações ameríndias, que as ocupavam desde o século XVIII. A oeste da região, as tribos Wayana se refugiaram no ou rio Lawa (que corresponde ao curso médio do Maroni) e seus afluentes situados em território surinamense, ou no rio Paru, no Brasil. Ainda que esporádicas, viagens de ambos os lados pelo antigo caminho do Mapaoni continuaram a acontecer nos anos 1980, e depois cessaram completamente. A leste, a população Wayãpi se concentrou no Oiapoque, na Guiana Francesa, ou bem mais ao sul, já no Brasil, nas margens do rio Inipuku. As relações entre os dois polos são doravante realizadas por meios de transporte modernos contornando o maciço florestal. Tanto a leste quanto a oeste, o deslocamento das tribos resultou no desaparecimento de dois grandes itinerários de travessia norte/sul do Tumucumaque (rota Litany/Mapaoni e rota Oiapoque/Cuc).
- 52 O desaparecimento das populações indígenas está amplamente ligado às crescentes pressões exercidas pela população do exterior da região sobre os recursos naturais. Desse ponto de vista, as condições na Guiana Francesa e no Brasil não foram as mesmas. No primeiro caso, o controle exercido pelo governo por muito tempo permitiu limitar, sem proibir completamente, a presença de garimpeiros. Além disso, as dificuldades de acesso ao sul da Guiana e a presença de filões rentáveis mais ao norte, principalmente no rio Camopi, afastaram a atividade de garimpo ilegal do Tumucumaque.
- 53 No Brasil, a presença de garimpeiros na região é antiga. No fim dos anos 1930, a CBDL havia encontrado um garimpeiro do Suriname, Poet Remyoland, instalado nas redondezas das aldeias ameríndias do alto Jari¹⁵. Por outro lado, até a década 1960, a região era utilizada por caçadores atrás de couro e peles, que estabelecem uma logística baseada na abertura de uma pista de aterrissagem nas redondezas do rio Cuc. A partir de 1970, o ótimo conhecimento geológico da região proporcionado pelo projeto RADAM desencadeia uma explosão de atividades de mineração em torno do curso médio do Jari (Gallois, 1985). Aproveitando a logística disponível nessa zona, certos garimpeiros se arriscam mais ao norte e abrem pequenas pistas ao longo dos rios Mapaoni e Culari (bem como perto da nascente do Inipuku). O ouro não é o único metal visado; explora-se também a cassiterita e eventualmente outros metais raros. A maior parte dessas pistas continuou operante até o começo dos anos 2000. Durante a criação do parque nacional no Brasil, uma campanha da Polícia Federal as desativou (Gallois, 2008 ; Le Tourneau, 2013) .

- 54 A análise das imagens de satélite e os dados de campo parecem confirmar que a atividade mineira (agora ilegal já que a região pertence a parques nacionais tanto ao norte quanto ao sul) não atinge mais o Tumucumaque a partir dessa época, embora a passagem de garimpeiros por esta região seja provável. Considerando a intensidade da pressão no resto da Guiana Francesa e em algumas zonas do Amapá, isso é surpreendente. É possível que o afastamento seja em grande parte responsável por tal fato consumado: protegida por dezenas de quedas e inclinações, o acesso à zona é muito difícil e requer uma logística cujo custo torna as operações de exploração pouco lucrativas. No entanto, não devemos nos enganar: se os garimpeiros já instalaram pistas nos rios Mapaoni e Culari, logo ao sul do divisor de águas, provavelmente quando os filões mais acessíveis se esgotarem, os garimpeiros se voltarão para essa imensa reserva. Se ainda não atravessaram a Serra do Tumucumaque (pelo menos pelo que constatamos), poderão certamente atravessá-la amanhã.

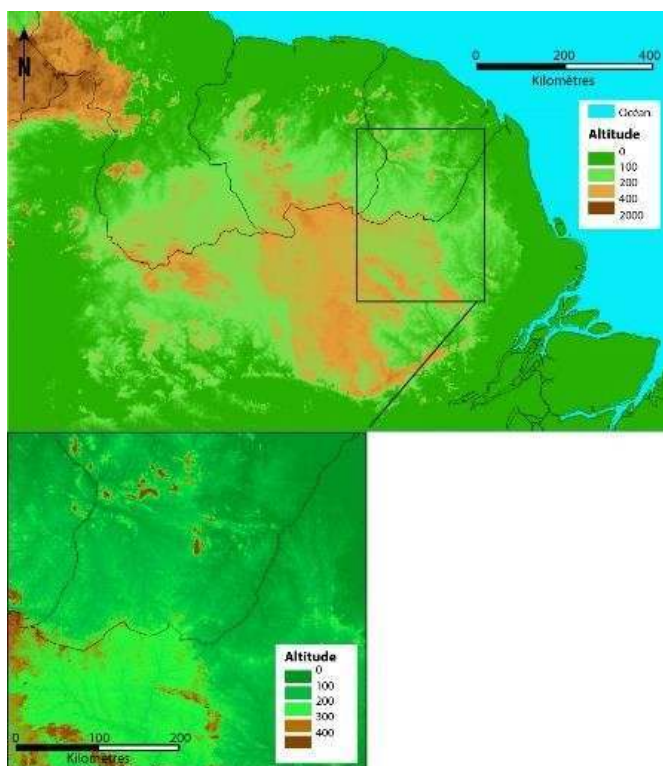
Atravessar a Serra do Tumucumaque atualmente

- 55 A travessia do Tumucumaque é, hoje em dia, ao mesmo tempo mais simples e mais complexa do que era para os exploradores do passado. Mais simples, pois os meios tecnológicos e logísticos progrediram muito; alimentação leve e de longa duração é facilmente adquirida, pontos de acesso podem ser criados para entrar ou sair próximo de um lugar qualquer usando helicópteros e meios de comunicação deixam a aventura bem menos arriscada – apesar de ainda comportar perigos. Mas, ao mesmo tempo, o desaparecimento das populações indígenas durante a primeira metade do século XX priva as expedições de pontos de apoio e, sobretudo, dos indivíduos que conheçam bem a região. Dessa forma, é preciso confiar nos dados externos disponíveis.

A configuração da região

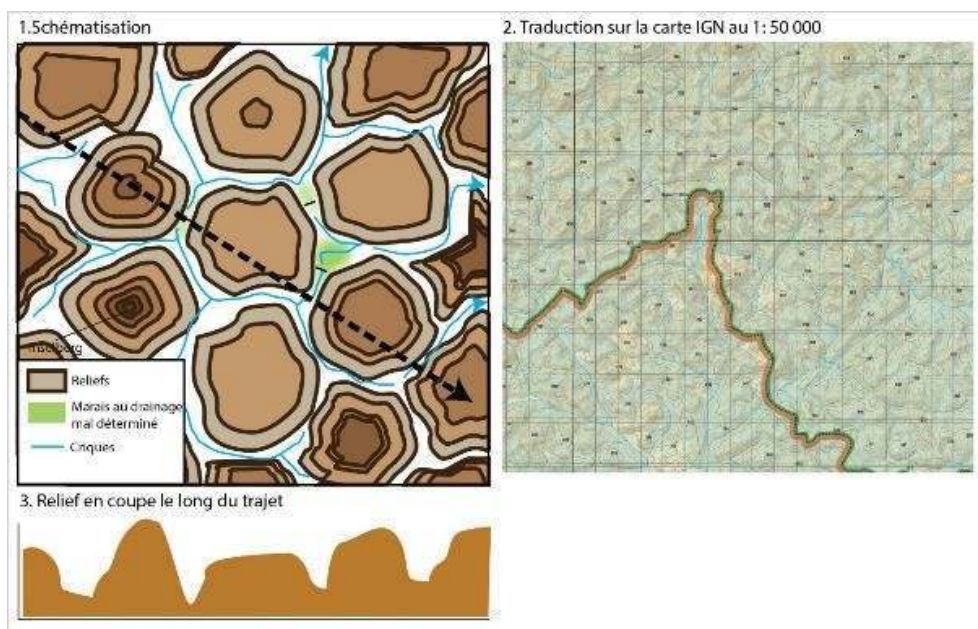
- 56 Com uma área a abrangência mais extensa que os dados coletados pela IGN durante as missões dos anos 1950, as imagens de radar do ônibus espacial americano na missão SRTM¹⁶ dão uma visão bastante detalhada da configuração do relevo, não apenas do sul da Guiana Francesa mas do conjunto do Platô das Guianas.¹⁷ Como vemos na figura 4, o sul da Guiana Francesa, ainda que constitua uma parte do divisor de águas entre a bacia do Amazonas ao sul e as dos rios Oiapoque e Maroni ao norte, não constitui um maciço montanhoso. Forma, no máximo, uma estreita franja oriental do Platô das Guianas, que é mais marcada no oeste do Estado do Pará e cuja borda norte, um pouco mais elevada, marca a fronteira entre o Brasil e o Suriname. Se as "Tumucumaque" são montanhas situadas no Platô das Guianas, é sem dúvida essa região que mais mereceria essa denominação - que ela já possui de certa forma, pois corresponde, no Brasil, ao território do Parque Indígena do Tumucumaque.¹⁸

Figura 4: o relevo do sul da Guiana Francesa no contexto regional



- 57 Em média, as altitudes da região sul da Guiana Francesa não ultrapassam 500m no oeste e 350m no leste, perto das nascentes do Oiapoque. Visto de perto, esse relevo é mais bem descrito como uma série de colinas; algumas formam alinhamentos, mas não se percebe nenhuma linha diretriz. Apenas alguns *inselbergs* têm o cume destacado, às vezes de mais de 100 metros, principalmente no maciço do Mitaraka (681 m.), perto do ponto de trijunção Brasil/Suriname/Guiana Francesa. Estes são caracterizados pelo fato de que suas encostas mais acentuadas são desprovidas de vegetação. Em alguns casos (marco 1, marco 4), as zonas nuas cobrem toda ou parte da colina, ainda que o declive seja pouco acentuado. Em outros, os *inselbergs* são cercados por planaltos cobertos de vegetação rasteira e xerófila. Entretanto, embora representem uma paisagem memorável – frequentemente utilizada como imagem simbólica da região, principalmente do Parque Nacional das Montanhas do Tumucumaque –, os *inselbergs* representam apenas uma fração do relevo.
- 58 Mesmo com altitudes modestas, a topografia da região não deixa de apresentar temíveis problemas de passagem, particularmente para quem se desloca a pé. Intensamente moldado pela erosão nas rochas do escudo guianense, o relevo do Tumucumaque corresponde efetivamente ao modelo de "meia-laranja" (figura 05). Cada colina sofreu erosão em todas suas faces, de forma que dificilmente se encontra uma linha de crista para ligar uma a outra. Quem lá se aventura deve enfrentar uma repetição quase infinita de desníveis, pequenos, mas íngremes (particularmente no primeiro terço, devido ao perfil hemisférico), cuja quantidade esgota rapidamente o potencial físico dos exploradores.

Figura 5: o relevo em meia-laranja



Legendas: 1) Esquematisação - Relevo - Mangue de drenagem mal determinada - Igarapés 2) Tradução no mapa IGN a 1: 50 000 3. Relevo em corte ao longo do trajeto

- 59 Além do relevo, a vegetação também impõe dificuldades significativas, mas contrastantes. Grande parte das colinas é cobertas de floresta de terra firme, dominada por grandes árvores e com sub-bosque livre (figura 6). Este pode evoluir para florestas dominadas por palmeiras, ou conter formações inferiores mais densas quando o dossel é descontínuo. Qualquer que seja a configuração, essas formações florestais são percorridas com bastante facilidade e são as melhores opções para realizar um deslocamento. Elas não são, no entanto, contínuas. Com efeito, nas encostas e no topo das colinas se encontra uma espécie de arundo escandente, denominada localmente *cambrouze* (*arundo exotica*), que compõe meadas impenetráveis (a densidade dessas plantas sufoca a vegetação existente e impede o reflorestamento), às vezes por vários quilômetros. Nelas, o percurso exige longas e exaustivas roçagens. Ainda que nenhum elo direto possa ser estabelecido entre essa etapa e uma presença humana anterior, pode-se observar que os *cambrouzes* ocupam frequentemente zonas que poderiam ter constituído roçados indígenas, e que esse tipo de regeneração preenche rapidamente clareiras abertas em torno dos marcos (por exemplo, para o pouso de helicópteros).

Figura 6: formações e paisagens do Tumucumaque:



Inselbergs na região do Mitaraka



Um cambrouze



Sub-bosque aberto no cume da colina



Mangue entre duas colinas.

- 60 Entre as colinas se encontram vales de fundo plano, mais ou menos extensos, nos quais a água tende a se estagnar em razão da densidade da vegetação e, por consequência, da significativa camada de matéria em decomposição que cobre o solo. Esses mangues¹⁹ são principalmente colonizados por palmeiras de açaí (*euterpe oleracea*) nas zonas mais inundadas e compõem outro obstáculo para o deslocamento, uma vez que lá se afunda de vinte a trinta centímetros a cada passo. No curso superior de certos rios, principalmente no lado norte, os mangues podem se transformar em zonas abertas colonizadas por gramíneas extremamente densas, equivalentes aos *cambrouzes* no alto das colinas. Atravessar os manguezais a pé ou de canoa é extremamente difícil.
- 61 A Serra do Tumucumaque é, hoje em dia, deserta de presença humana. A noroeste, as aldeias Wayana mais próximas se encontram a cerca de 100 km de distância da linha do divisor de águas. Já a nordeste, há apenas o complexo de aldeias de Trois Sauts no Oiapoque, com 571 habitantes, e grande parte da população ameríndia se concentra no Camopi, a cerca de 150 km de distância dos montes (Davy, Trisch et Grenand, 2012 ; Grenand, Grenand et Davy, 2017). Ao sul, no Brasil, o afastamento é ainda maior. Com exceção das tribos ameríndias isoladas em seu território no Parque do Tumucumaque, as primeiras aldeias Wayãpi se encontram a mais de 170 km em linha reta. Nenhuma dessas comunidades frequenta esporádica ou itinerantemente a região do divisor de águas, a não ser em viagens de caça dos Ameríndios de Trois Sauts, que seguem na direção das nascentes do Oiapoque ou da Camopi (*ibid.*), em algumas expedições de caça dos Wayana no rio Tampok (PFG) ou em algumas excursões turísticas acompanhadas por guias Wayana no Litani e nas proximidades da tríplice fronteira.
- 62 Pequenos vilarejos se encontram num raio bem distante do divisor de águas: Maripasoula, no rio Maroni; Saül, no centro do departamento; Camopi, no Oiapoque; Serra do Navio, a sudeste; por fim, Laranjal do Jari, no curso inferior do Jari. Nenhum deles está a menos de 150 km da fronteira.

Como atravessar a Serra do Tumucumaque?

- 63 Várias alternativas são oferecidas para atravessar a famosa região do Tumucumaque. No sentido norte/sul ou sul/norte, cada grande rio formador (Camopi, Alice, alto Marouini e Alama na Guiana Francesa; Cuc, Culari, Curuapi e Mapaoni no Brasil) fornece uma boa via de penetração até a faixa de colinas de 15 km de extensão que forma o centro da Serra. Esses rios têm, em geral, meia dúzia de saltos mais ou menos imponentes (sem contar,

claro, os numerosos saltos dos grandes cursos d'água que dão acesso à região: Camopi, Tampak, Marounini na Guiana Francesa e Jari no Brasil). Alguns são verdadeiros muros de 2-3m de altura, como o salto Alice no igarapé homônimo, outros são séries de corredeiras ouvidas a longas distâncias (salto Cachiri no rio Mapaoni). No entanto, com embarcações leves, é relativamente fácil navegar até aproximadamente 20 km do divisor de águas.

- 64 A essa altura, as enseadas se dividem em inúmeros afluentes e mesmo seguindo seus cursos principais, elas logo perdem volume: "É agora que surgem as árvores caídas, colossos que a idade ou as ventanias derrubaram nos cursos d'água para desgraça dos canoístas" (Coudreau, 1893: 572). Os rios são demasiado estreitos para que se possa contornar as árvores tombadas, então é preciso passar por cima, por baixo, ou ainda serrá-las, o que retarda consideravelmente a viagem. Chegando a cerca de 10-12 km da linha divisória de águas, não vale mais a pena o tempo despendido para liberar os igarapés e pode ser mais eficaz continuar a viagem a pé. Observe-se, no entanto, que a expedição Mitaraka pode enviar uma parte de seu reabastecimento pelos rios, e que as expedições de fronteira da IGN nos anos 1950-60 abriram igarapés muito a montante a fim de trazer seus materiais, sobretudo o cimento necessário para confeccionar os marcos. Em função do tempo disponível e da carga a ser transportada, é então possível chegar muito perto do divisor de águas por via fluvial. Atravessar a linha divisória de águas de canoa é evidentemente impossível (embora, segundo vários exploradores dos séculos XVIII e XIX, alguns mangues situados bem no alto curso do Oiapoque poderiam comunicar-se com o leito de rios no Brasil, oferecendo assim uma via de passagem em temporada de chuvas). É necessário, então, atravessá-la a pé e confeccionar novas embarcações usando casca de árvores (solução utilizada até o século XIX), trazer consigo botes (por exemplo, os barcos desmontáveis utilizados na expedição Culari-Tampok), ou ainda trazer as embarcações por via aérea (como no caso da expedição organizada em 2000 pela associação Alabama nas pegadas de Crevaux²⁰).
- 65 Existem várias possibilidades de travessia norte/sul: pelo menos três vias principais na Guiana Francesa e quatro no Brasil, com tantas variáveis quanto há de pontas de enseadas, cuja hierarquia não é sempre evidente.
- 66 No que diz respeito à travessia leste/oeste, a escolha é muito mais restrita. Como foi dito, a tentativa de Coudreau de dividir a região em morros e maciços se apoiava antes de tudo em uma autopersuasão. A única linha diretriz que é possível encontrar no relevo (mesmo apresentando numerosas exceções) é o fato que grande parte dos cursos d'água tende a ser alinhada, *grosso modo*, norte/sul ou sul/norte, de forma que a travessia longitudinal é perpendicular. A travessia de cada um desses vales é um enorme esforço físico, tanto por causa das encostas íngremes, particularmente na parte leste, quanto por causa dos mangues fundos que rodeiam os igarapés e da densa vegetação presente em suas margens quando estas atingem alguns metros de largura. A isso, soma-se ainda o esforço de constantemente ter de ultrapassar escaladas e declives, curtos mas não menos acentuados, em razão da configuração em meia-laranja do relevo. Devido a isso, o melhor itinerário para uma travessia leste/oeste consiste em seguir o máximo possível a linha divisória de águas, como foi o caso durante a Campanha dos Sete Marcos, realizada em 2015²¹. No divisor, várias colinas são ligadas umas às outras por passos estreitos, que permitem (quando consegue-se os localizar, o que não é simples) minimizar os desníveis e avançar de maneira conveniente.
- 67 Qualquer que seja a direção da travessia, a questão crucial continua sendo a logística, na medida em que desapareceram os pontos de apoio que as aldeias ameríndias constituíam.

No Brasil, a equação tornou-se ainda mais complexa em razão da desativação da pista de Molocopote em 2006, situada dez quilômetros a jusante da foz do rio Mapaoni. Apesar de ter sido aberta pelas autoridades durante os anos 1970 principalmente a fim de controlar a zona e secundariamente para criar um posto de assistência (que nunca funcionou) para os Índios, ela foi utilizada principalmente pelos garimpeiros durante três décadas. No entanto, essa pista serviu a expedições como a de J. Harrison (Harrison, 2004) ou ainda a do WWF no Jari em 2005. Com sua destruição pela Polícia Federal, o centro mais próximo, no Brasil, fica a mais de 200 km ao sul.

- 68 No caso das expedições fluviais, incluindo as travessias da linha divisória de águas, a capacidade de carga é, em geral, bastante significativa; dessa forma, dependendo do número de participantes, uma expedição pode pretender manter-se autônoma durante um mês, tempo suficiente para realizar a travessia norte/sul da região. Foi o caso da expedição Culari, efetuada em 2013, na qual pudemos subir o rio homônimo e, depois de atravessar o divisor de águas a pé, descer no igarapé Alice e no rio Tampak utilizando botes desmontáveis. Já no caso das expedições totalmente a pé (a única possibilidade para a travessia leste-oeste), a quantidade de mantimentos necessária superaria a capacidade de carga dos participantes, obrigando-os a optar entre duas soluções. A primeira seria viver principalmente de recursos da floresta, que parecem, no entanto, limitados – uma vez que a caça é uma atividade muito aleatória num contexto de deslocamento permanente e a pesca não é possível nas cabeceiras dos córregos do centro do Tumucumaque. Essa alternativa só funcionaria em travessias de curta duração e apenas em uma parte do percurso. Como destacam todos os exploradores, nem mesmo os ameríndios se arriscam nesse tipo de expedição sem levar uma considerável provisão de farinha, cujo esgotamento sinaliza o término imediato das operações (Le Tourneau, 2016). A segunda consiste em contar com os reabastecimentos pontuais trazidos ou por via fluvial ou de helicóptero – nos *inselbergs* ou nas clareiras abertas na floresta usando o material de roçagem trazido justamente para tal fim. Contando com tal logística, um grupo aguerrido para deslocamentos na floresta pode percorrer os 320 km da fronteira em seis semanas.

Conclusão

- 69 Apesar de haver lógica no emprego do topônimo Tumucumaque para os relevos situados na fronteira entre o Brasil e o Suriname, parece exagero estendê-lo até o sul da Guiana Francesa – o que foi feito principalmente por um cartógrafo (o Alferes Vidal) e dois exploradores (Henri Coudreau e Jules Creveaux) no século XIX. Afinal, se o nome Tumucumaque é bem útil para fazer referência à região do interflúvio entre o Amazonas, o Maroni e o Oiapoque, reúne sob a mesma etiqueta regiões de perfis bem diferentes, como a região da nascente do rio Litani, rica em *inselbergs*, e as exíguas colinas que rodeiam a nascente do Oiapoque. O termo sustenta igualmente a fantasia de uma barreira montanhosa, que jamais existiu, separando a Guiana Francesa do Brasil. Enfim, ele remonta à busca do Eldorado, com a qual se relaciona parcialmente, ao menos no plano cartográfico, já que o lago Parimé por muito tempo foi situado no coração ou nas proximidades das famosas montanhas.
- 70 Não obstante – e é aqui que a realidade encontra a ficção –, existe ouro na Serra do Tumucumaque, como comprova a existência das pistas de garimpo na parte sul, e seu relevo é uma experiência concreta e extenuante para quem a atravessa, ainda que pouco

espetacular em termos de altitude. Associado tanto a um mito quanto a uma realidade geográfica, o nome perdura em inúmeros mapas e também no imaginário popular. Então é preciso, apesar de tudo, admitir tal uso para designar as colinas do sul da Guiana Francesa. Afinal, será que um topônimo precisa ser legítimo?

Alden D. (1976), "The Significance of Cacao Production in the Amazon Region during the Late Colonial Period: An Essay in Comparative Economic History", *Proceedings of the American Philosophical Society*, vol. 120, n°2, pp. 103-135

Aubertin Catherine, Filoche Geoffroy. (2008). « La création du parc amazonien de Guyane : redistribution des pouvoirs, incarnations du "local" et morcellement du territoire. » In : Aubertin Catherine (ed.), Rodary Estienne (ed.). *Aires protégées : espaces durables ?*. Marseille : IRD, 163-185

Barb de Marbois, F. 1834. *Journal d'un déporté non jugé ou Déportation en violation des lois, décrétée le 18 fructidor an V (4 septembre 1797) Tome Second*, Paris :Firmin Didot, 312 p.

Conseil fédéral suisse (1900), *Sentence du Conseil fédéral suisse dans la question des frontières de la Guyane française et du Brésil*, Berne : Staempfli, 850 p.

Coudreau H. (1893), *Chez nos Indiens, quatre années dans la Guyane française (1887-1891)*, Paris : Lahure, 636 p.

Crevaux J. (1883), *Voyages dans l'Amérique du sud*, Paris : Hachette, 680 p.

Crevaux J. (1878) « Voyage en Guyane », *Bulletin de la Société de Géographie*, vol.16/6e série, p. 385-417.

de Bauve A. (1835a) « Voyage dans l'intérieur de la Guyane centrale, de septembre 1832 à juin 1833 », *Bulletin de la société de géographie*, vol. 4/2e série, n°19, p. 21-40

de Villiers M. (1920) « Journal inédit du voyage du sergent La Haye de Cayenne aux chutes du Yari, 1728-1729. » *Journal de la Société des Américanistes*. Tome 12, 1920. pp. 115-126.

Froidevaux, G., 1895. *Explorations françaises à l'intérieur de la Guyane pendant le second quart du XVIIIème siècle (1728-1742)*. *Bulletin de Géographie historique et descriptive*, 1894 :2 : 218-301.

Gallois D.T., *Migração, Guerra e Comércio: os Waiãpi na Guiana*, São Paulo : FFLCH/USP, Série Antropologia n°15, 1986, 348 p.

Gallois D.T. (2008) *Levantamento histórico-cultural parque montanhas do Tumucumaque*, Macapá: PNMT, 204 p.

Grenand P., 1982, *Ainsi parlaient nos ancêtres: essai d'ethnohistoire Wayãpi*, Paris : ORSTOM, *Travaux et documents de l'ORSTOM* n°148.

Grenand, P. & F., « Guiana Française : Povos Indígenas reivindicam consolidação jurídicas das ZDUs », in *Povos Indígenas no Brasil 2006/2010*, ISA, São Paulo, 2011, pp. 330-333.

Grenand Françoise, Bahuchet Serge, Grenand Pierre, « Environnement et sociétés en Guyane française : des ambiguïtés d'application des lois républicaines », *Revue internationale des sciences sociales*, 2006/1 (n° 187), p. 53-62. DOI : 10.3917/riss.187.0053.

URL : <http://www.cairn.info/revue-internationale-des-sciences-sociales-2006-1-page-53.htm>

Pierre Grenand, Françoise Grenand, Pierre Joubert et Damien Davy, « Pour une histoire de la cartographie des territoires teko et wayãpi (Commune de Camopi, Guyane française) », *Revue d'ethnoécologie*, DOI : 10.4000/ethnoecologie.3007

Granger S. (2012) *La Guyane et le Brésil, ou la quête d'intégration continentale d'un département français d'Amérique*. Thèse de géographie à l'Université Paris III-Sorbonne nouvelle.

- Harrison J. (2004) *Off the map. A journey into the Amazonian wild*, Chicago: Chicago Review press, 360 p.
- Hurault J.M. (1957) *Mission de délimitation de la frontière Guyane française-Brésil : frontière sud (Bassin du Maroni), octobre 1956-février 1957 : rapport de fin de mission*, Saint Mandé : IGN, 112 p.
- Hurault J. (1965) « L'exploration du bassin de l'Oyapok par Jean-Baptiste Leblond (1789) d'après des documents inédits. », *Journal de la Société des Américanistes*. Tome 54 n°1, pp. 9-22.
- Hurault J. (1973) « Une chaîne de montagnes imaginaire : les Tumuc-Humac ». *Revue française d'histoire d'outre-mer*, tome 60, n°219, pp. 242-250. DOI : 10.3406/outre.1973.1675
- Hurault J. (2000) « Montagnes mythiques : les Tumuc-Humac », *Cahiers d'Outre-Mer*, vol. 53, n°212, pp. 367-92
- Institut Géographique National (2005) « Sur la Frontière Guyane-Brésil, 1956-1961-1962-1991 » *Cahiers historiques de l'I.G.N.*, n°5
- Auteur (2013) *Le Jari, géohistoire d'un grand fleuve amazonien*, Rennes : PUR, 248 p.
- Auteur (2016) « Démystifier la forêt amazonienne », *Reliefs*, 2016-2, pp. 36-45.
- Leprieur (1834) « Voyage dans la Guyane centrale », *Bulletin de la société de géographie*, vol. 1/2e série, n°4, p. 201-228.
- Lézy E. (2000) *Guyanes, Guyane, une géographie sauvage de l'Orénoque à l'Amazone*. Paris : Belin, 347 p.
- Marcel G. (1898) « L'apparition cartographique des monts Tumuc-Humac. », *Journal de la Société des Américanistes*. Tome 2, 1898. pp. 14-24. doi : 10.3406/jsa.1898.3310
- Navet Éric. (1998) « Le Parc de la forêt tropicale guyanaise : espace de vie ou dernier avatar du colonialisme ? » *Journal d'agriculture traditionnelle et de botanique appliquée*, 40^{nal} d'agriculture traditionnelle et
- Noyer (1831) « I De l'état actuel de la géographie de la Guiane française; projet d'exploration dans l'intérieur de cette contrée. II. Notes sur la Guiane française, les moeurs et les habitudes des indigènes ; par M. Gatier, lieutenant de vaisseau », *Bulletin des sciences géographiques, économie publique, voyages*, t. 28, pp. 59-70

APPENDIXES

É possível atravessar a Serra do Tumucumaque? Reflexões acerca da configuração histórica e geográfica do extremo sul da Guiana Francesa*

F.M. Le Tourneau

O autor quer agradecer os comentários e as correções de Pierre e Françoise Grenand a este texto. As precisões que eles sugeriram são assinaladas pela marca (PFG).

As montanhas de Tumucumaque fascinaram gerações de aventureiros, para quem a travessia de tais montes era uma façanha tão almejada quanto a primeira escalada do monte Everest – embora nenhum deles a tenha realizado in extenso. Essas aventuras, às

vezes mortais, estavam ligadas em grande parte ao encanto exercido pelo topônimo; no entanto, a questão central é que a natureza geográfica dessas famosas "montanhas" é no mínimo duvidosa. Intensamente presentes e vívidas para alguns, inexistentes para outros, as "Montanhas de Tumucumaque" são míticas, isto é, um espaço geográfico capaz de evocar vários níveis de significados – retomando o conceito de terra mítica que Emmanuel Lézy (2001) atribuiu à Guiana Francesa. Nesse contexto, em que consistiria a travessia do Tumucumaque? A partir de uma pesquisa bibliográfica e de dados obtidos em campo durante várias expedições, nas quais atravessei a região de norte a sul e de leste a oeste, este artigo pretende explorar os aspectos históricos, ou geo-históricos, e territoriais que essa pergunta, não apenas retórica, permite abordar.

Afinal, para "atravessar as montanhas do Tumucumaque" é necessário ainda que estas existam enquanto objeto geográfico. Todavia, apesar de viagens precoces de exploração, a Serra só surge no mapa tardiamente e com mais frequência por via dos caminhos utilizados pelos Índios, que as contornam, do que por travessia direta. De barreira física (os ditos "Pireneus da Amazônia"), elas passam a ser também uma barreira simbólica, uma vez que foram definidas como fronteira pela arbitragem suíça no Contestado franco-brasileiro de 1900. Foi materializando a fronteira que os geógrafos do Instituto Geográfico Nacional francês (IGN), liderados por J. M. Hurault, puderam mostrar a inexistência de uma verdadeira cadeia de montanhas no sul da Guiana Francesa. Com isso, enquanto retira-se a barreira física, materializa-se a barreira simbólica, e a travessia da região do Tumucumaque se torna uma questão diplomática sujeita a autorizações, a vistos e a fiscalizações – situação reforçada nos anos 2000, quando lá foram delimitados dois parques nacionais – ainda que, na prática, a fiscalização seja essencialmente simbólica, em razão do isolamento que torna a área vulnerável a todo tipo de travessia ou exploração ilegal. Paralelamente, novos dados geográficos obtidos por observação espacial permitem conhecer melhor a configuração topográfica e hidrográfica da região, desvendando parcialmente a contradição existente entre a racionalidade geográfica e as impressões dos exploradores.

A partir de documentos históricos e de dados geográficos de observação espacial e de campo, abordaremos primeiramente o contexto histórico do aparecimento dos montes do Tumucumaque, em seguida a sua transformação em zona de acesso restrito e as dificuldades em realizar esse controle, para, enfim, propor algumas reflexões sobre a configuração topográfica e sobre suas implicações em termos de deslocamento. Afinal, atravessar a Serra do Tumucumaque é possível, o difícil é escolher o caminho certo.

I Das primeiras explorações ao aparecimento dos montes do Tumucumaque

A exploração do interior da Guiana Francesa foi tardia, tanto que somente a partir do século XVIII os viajantes (ao menos os que, participando de expedições oficiais, deixaram registros e diários de viagem) alcançam o sul do atual departamento francês. No entanto, a leitura desses relatos não permite supor claramente a existência de um relevo particular nessa zona; é preciso esperar os célebres exploradores Jules Crevaux e Henri Coudreau para que a lenda do Tumucumaque ganhe forma. Paralela e paradoxalmente, a presença dos Ameríndios, que permitia as primeiras circulações na zona, diminui rapidamente, de forma que a revelação do sul da Guiana Francesa ao público em geral coincide com o colapso do sistema que lá possibilitava certo deslocamento.

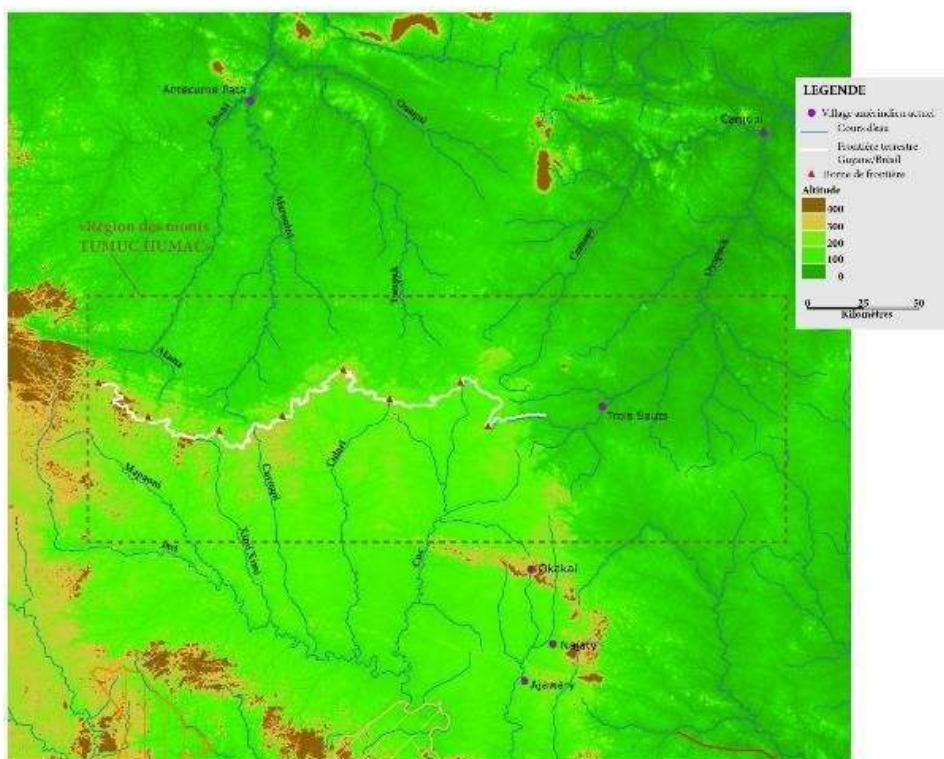


Figura 1: mapa geral da região do Tumucumaque

1 Um maciço a princípio ignorado

A exploração tardia do sul da Guiana Francesa ocorreu principalmente devido ao distanciamento de Caiena e às dificuldades enfrentadas para subir os cursos d'água, interrompidos por inúmeros saltos. Partindo do litoral guianense, o acesso à região sul só é possível por meio de duas vias: os rios Oiapoque e Maroni que, depois de no mínimo 250 km de navegação pelo curso principal, dão acesso a afluentes que correm por toda a região da fronteira com o Brasil. As primeiras expedições que deixaram registros aconteceram no decorrer do século XVIII pelo rio Oiapoque, às margens do qual havia algumas missões que serviam de pontos de apoio e passavam informações sobre os povos indígenas do interior, além de disporem de guias e carregadores²². Muitas outras não foram documentadas e, provavelmente, eram informais. Noyer (1831) aponta ainda que os Jesuítas instalados no Oiapoque fizeram expedições de reconhecimento por conta própria e sabiam que a zona constituía uma área a partir da qual era possível alcançar afluentes do Amazonas. Também é possível que essas informações tenham sido dadas pelos ameríndios que frequentavam as missões e que, ressaltamos, percorriam a rede hidrográfica de um lado ao outro, dominando perfeitamente a sua configuração.

A primeira exploração de que se tem registro é a do sargento La Haye, em 1728-29; este subiu o Oiapoque, lançando-se em seguida no rio Camopi e passando a linha divisória de águas em direção ao Amazonas, até alcançar a Cachoeira Macacoara no rio Jari. Dessa forma, La Haye realiza a primeira travessia de norte a sul da região do Tumucumaque, mas não menciona em nenhum momento esse topônimo em seu relato – embora tenha frequentado inúmeros vilarejos indígenas ao longo do percurso e se interessado pelos nomes dados aos cursos d'água e à toponímia local em geral. No seu relatório, ele dá conta da dificuldade do trajeto e da alternância entre grandes colinas e manguezais, e descreve de forma bem clara os *inselbergs* que caracterizam a região. No entanto, chegado a uns

quinze quilômetros do divisor de águas e posto num ponto alto²³, o sargento não parece considerar a zona como um maciço montanhoso identificável mas como uma paisagem onde alguns picos aparecem no meio de grandes pântanos:

No segundo dia de caminhada, passamos por cima de uma montanha bastante escarpada, cujo topo é como uma plataforma de rochas, onde nada cresce a não ser arbustos de nonatélías. De cima dessa plataforma, descobrem-se duas outras montanhas Yaroupi, uma muito afastada e outra, que parece muito próxima, são apenas rochedos de furões, monstruosa e pontuda. Nela, não há nem árvores nem arbustos, além de um pequeno buquê de nonatélías no seu cume. Eu queria ir vê-la a pé, mas os índios apontaram mil dificuldades, seja por receio de ir até lá ou por outro motivo. Continuamos nosso caminho deveras cansados por causa das montanhas muito íngremes que tínhamos de escalar a todo momento. Não obstante, não há caminhos abertos de forma alguma e no sopé dessas montanhas há apenas mangues que devemos atravessar.

Apesar do difícil acesso, a região do divisor de águas com o Amazonas não é, no entanto, inacessível – e é rica de recursos interessantes. La Haye localiza em torno da nascente do Cuyari (atualmente rio Culari²⁴) florestas ricas em cacauzeiros nativos. Devido à especulação que rodeava o cacau nessa época (Alden, 1976) e os lucros potenciais, muitas expedições retornam para essa zona por diversos itinerários nos anos seguintes (Froidevaux, 1895): Capperon a partir de 1730, Monty em 1731 pelo rio Aprouague e La Haye novamente em 1731-32, dessa vez descendo pelo rio Maroni. Nenhum deles utiliza o topônimo Tumucumaque (ou algo que se aproxime disso) para designar o relevo que atravessam. O primeiro menciona colinas e inselbergs, mas não cadeia de montanha²⁵. O segundo faz menção a um panorama mais contrastante quando descreve a paisagem vista do alto de um inselberg:

Em três de julho, fui ver a montanha do rochedo de Maecoli, que é nua, sem nenhuma árvore em cima, extremamente alta e íngreme. De lá, descobri várias outras montanhas de rochas: uma semelhante àquela de Maheury a nordeste, algumas raras a norte e a oeste, uma cadeia de montanhas muito elevada a leste, outra um pouco menos alta a sudeste²⁶.

A “cadeia de montanhas muito elevada a leste” é provavelmente o monte Saint Marcel²⁷, e anota-se que esta não configura um conjunto contínuo, pois é distinta das outras, menos notáveis, identificadas nas outras direções. Olhando na mesma direção, é possível que ele também tenha avistado os relevos situados no interflúvio entre o Oiapoque e o Araguari, ou ~esseja, mais a nordeste do atual Amapá do que ao sul da Guiana Francesa. Foram provavelmente estes mesma que atravessaram La Jeunesse e Saint Julien, em 1744, durante sua viagem do Oiapoque para o Araguari.

Em 1767, foi a vez de Patris se lançar rumo ao alto curso do Oiapoque e ao sul da Guiana Francesa. Ele também sobe o rio Camopi, porém utilizando o caminho dos Emerillon²⁸ para entrar na bacia do Maroni. De acordo com a relação de viagem do mulato Tony²⁹, Patris teria atravessado o divisor de águas entre os rios Litani e Mapaoni, este último sendo um afluente do rio Jari e portanto situado na bacia do rio Amazonas (Barbé de Marbois, 1834 : 306). Incapaz de persuadir seus guias a segui-lo em direção ao Amazonas, ele retorna e alcança Caiena descendo o Maroni. Tony traz também mais detalhes sobre a organização das aldeias indígenas encontradas em volta do Maroni – particularmente sobre a existência de uma verdadeira confederação Wayana nas redondezas do rio Litani e do alto Jari – do que sobre a configuração geográfica da fronteira. Contudo, ele nota a

presença de inselbergs: "Perto da aldeia deles, há uma montanha chamada *Conyarionaca*: são rochedos empilhados onde não cresce planta alguma. De seu topo, descobre-se uma grande cadeia de montanhas a oeste." Também afirma que nessa zona se encontra a linha divisória de águas com a bacia do Amazonas:

Do outro lado, na direção sul, a um dia de caminhada encontramos o alto do rio Mapahoni; este deságua no Jari, que acaba no Amazonas. Assim, os Rocouyens* habitam o ponto mais elevado dessa parte do continente, uma vez que é onde os rios se dividem. Para desaguar no Oceano, de um lado, e no rio Amazonas, de outro.

Apenas dois anos mais tarde, o geógrafo Simon Mentelle também realiza expedições pela região. A expedição de Patris proporcionou o estabelecimento efetivo de um bom contato com os índios Wayana que, por sua vez, reclamavam das incursões de Marrons vindo do Suriname. O governo da Guiana Francesa despacha então uma expedição para se informar sobre a situação e, se necessário, impedir a invasão. Entretanto, o trajeto seguido passava bem mais ao norte, visto que explora outra vez a passagem entre as bacias do Oiapoque e do Maroni pelo afluente Tamouri e pelo caminho de transporte dos Emerillon. Apesar disso, Mentelle parece ter obtido informações sobre o sul da região. De acordo com Noyer (1831), ele provavelmente teria aconselhado Dr. Leblond a procurar por árvores de quinino no sul, em razão da provável existência de uma grande cadeia de montanhas.

A expedição de Leblond, em 1789, no entanto, poderia ter alertado sobre a realidade não corresponder a essa projeção. O próprio Leblond acreditava de fato que encontraria relevos imponentes.

Fui para o Oiapoque com 24 homens, levando bastantes mantimentos e mercadorias de troca, com a intenção de alcançar sua nascente, atravessar altas montanhas que, digamos, são a sequência das Cordilheiras, para lá procurar quinino e então seguir por alguns afluentes que me levariam ao Amazonas.

Mas, após passar a nascente do Oiapoque, ele observa: "Há três dias adentrei nessas terras, rumando o sul. Ultrapassei em várias léguas a nascente do Oiapoque e não vi nem sinal da cadeia de montanhas da qual me falaram tanto." (Hurault, 1965:13).

2 Creveaux e Coudreau criam a lenda das Montanhas do Tumucumaque

As informações publicadas na primeira metade do século XIX e o prêmio oferecido pela Sociedade de Geografia de Paris para a exploração do interior da Guiana Francesa indicam que, pouco a pouco, impôs-se a ideia de uma barreira montanhosa contínua no sul da região, partindo de três deduções: a primeira é relativa à imponente dos cursos d'água. A largura da foz dos rios Oiapoque e Maroni e a extensão visivelmente modesta das suas bacias levaram os geógrafos a acreditarem que eles provinham de regiões montanhosas (com alta captação pluvial). A segunda é similar, mas diz respeito ao Amazonas: de acordo com os geógrafos, um rio tão grande só poderia dispor de uma bacia delimitada por altas montanhas. Se o divisor de bacias hidrográficas de inúmeros rios (como Essequibo, Orinoco ou mesmo os que drenam para a costa do Pacífico na América do Sul) surgem em meio a verdadeiros maciços montanhosos, parecia lógico que o mesmo ocorresse no sul da Guiana Francesa. A terceira é proposta por Jean-Marcel Huralt (1973), que destaca a relevância das metáforas fisionomistas na época. Via-se então a Terra como um organismo vivo e procurava-se por sua coluna vertebral, costas ou ossos, materializados no relevo; retomando a analogia com a imensidão da Amazônia, essa ossatura terrestre

deveria ter a mesma proporção. Logo, no mínimo deveria existir uma cordilheira para separar a Guiana Francesa do Brasil.

Apesar do alerta de Leblond, a ideia de uma barreira montanhosa permanece. Aos poucos ela vai sendo nomeada, visto que o topônimo "Tumucumaque" aparece nos mapas no fim do século XVIII, tornando-se recorrente a partir de 1840, de acordo com Gabriel Marcel (1899). O primeiro mapa que faz referência ao termo é o de Olmedilla (1775), que menciona uma "*Sierra do Tumururàque*" bem ao sul da Guiana Holandesa³⁰, menção e posição retomadas no famoso mapa de Surville de 1772 (f.2). Nesse segundo mapa, a serra em questão se encontra ao sul do lago Parimé, que supostamente contorna a famosa cidade do Eldorado (o mapa de Olmedilla também aponta um lago, mas não o nomeia), relação que sem dúvida explica em parte o fascínio exercido pelo Tumucumaque. É só no século XIX que o topônimo migra para o leste e se aproxima da Guiana Francesa, à qual não é associado por nenhuma raiz etimológica plausível, apesar dos esforços de Creveaux para atribuir-lhe um significado. Sua forma definitiva em francês aparece no mapa do Alferes Vidal, que coordena os trabalhos de delimitação da fronteira com a Guiana Holandesa em 1860 (Hurault, 2000). Vidal representa a "*Sierra Tumuc Humac*" como uma verdadeira cordilheira divisória de águas.

No entanto, a materialização da Serra nos relatos dos exploradores demora a acontecer. Em meados de 1830, tanto Adam de Bauve quanto o farmacêutico Leprieur percorrem a região da nascente do Oiapoque e passam pela Bacia do Jari, descendo seus cursos d'água. Nenhum dos dois faz uso do topônimo *Tumuc Humac*, tampouco citam montanhas. Leprieur, em particular, faz reconhecimentos na zona divisória de águas. Ele indica: "toda a região que eu visitei durante esse tempo é deveras acidentada, mas pouco elevada, as sequências de colinas que encontramos aqui não ultrapassam, na parte que percorri, 600m de altura" (1834). Todavia, ele mesmo provavelmente escutou a teoria sobre a existência de relevos mais destacados na região e também era favorável à analogia com a dimensão dos cursos d'água, tanto que registra:

há montanhas em grande número e a direção da linha que formam é praticamente leste a oeste; são pouco elevadas em geral (ao menos as que medi), embora deem surgimento ao Oiapoque, Arawari, Mapari, Jari e a outros rios que deságuam no Amazonas ou no oceano; elas devem ser consideradas como a parte mais baixa dos contrafortes a extremo leste da linha divisória de águas da Guiana Francesa e do Brasil. (Ibid. : 209).

Então, existiriam montanhas, mas mais longe...

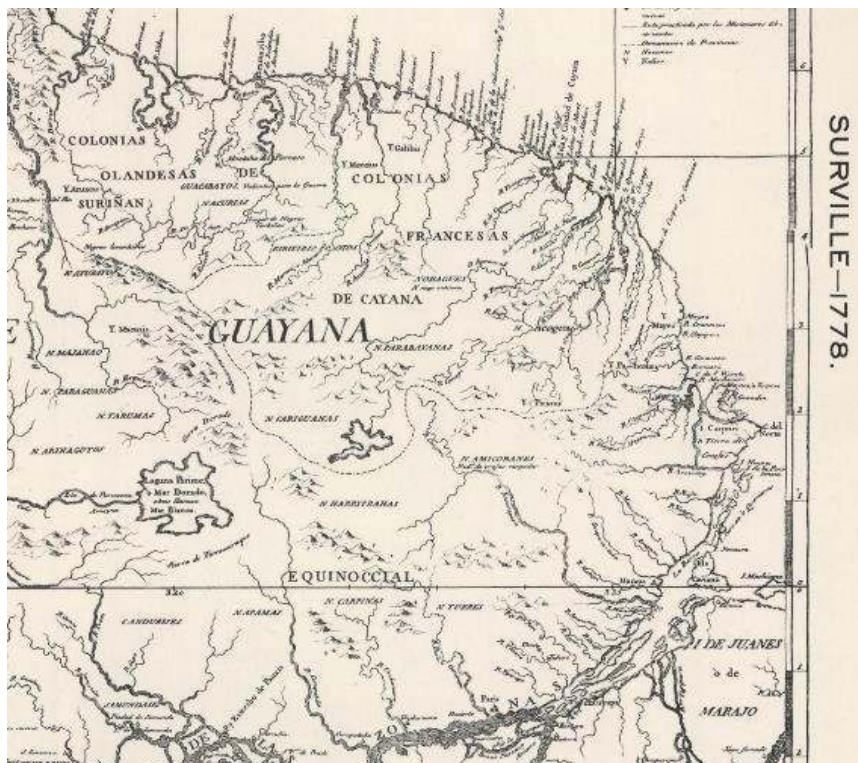


Figura 2: o

mapa de Surville (1778, Fonte: coleção particular de David Rumsey)

É preciso esperar até os anos 1870, com as expedições de Jules Crevaux, para que apareça claramente o nome *Tumuc Humac* (retomando a grafia de Vidal, o que dá a entender que os mapas dele inspiraram Crevaux e posteriormente Coudreau). Efetivamente, a travessia dessa "cadeia" constitui o objetivo de sua viagem e, alcançando-a pelo rio Maroni com mais facilidade do que havia previsto, ele nota: "A cadeia do Tumucumaque, que separa as bacias do Maroni e do Jari, é bem menos imponente do que imaginamos geralmente. O barômetro não nos indica altitudes maiores que 400m acima do nível do mar". Não havia muito então para alimentar o mito, ainda menos considerando que "Tais observações são uma contradição completa com a teoria de que a cadeia de montanhas do Tumucumaque é a origem de todo o ouro das Guianas." (1878: 411). Assim como muitos de seus precursores, também é a descoberta de filões auríferos que preocupava Crevaux (e mais ainda as autoridades); Ora, nesse âmbito a procura se revela igualmente pouco frutífera. Enfim, Crevaux parece ligar mais especificamente o topônimo *Tumuc Humac* às colinas que encontrou perto do Maroni: ele quase não menciona esse topônimo quando evoca sua passagem do Oiapoque ao Cuc.

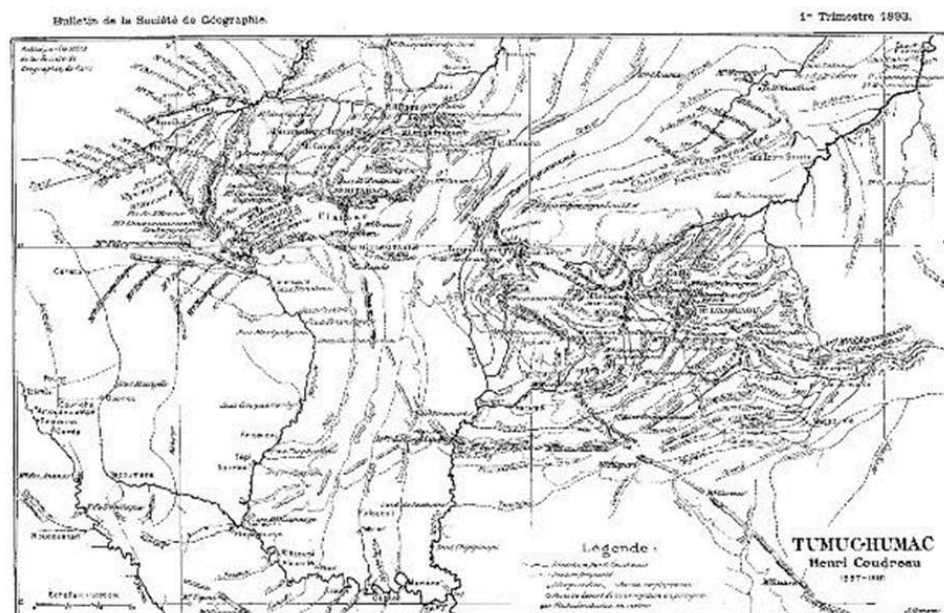


Figura 3: o Tumuc Humac de Coudreau, mapa publicado pelo boletim da Sociedade de Geografia de Paris.

Seu sucessor na exploração da zona, Henri Coudreau, argumentará no sentido contrário. Este descreve, com efeito, o Tumucumaque como uma espécie de cadeia de Pireneus que marcaria a fronteira com a bacia do Amazonas: “A Guiana Francesa forma um anfiteatro do mar ao Tumucumaque, como em uma série de altos degraus de escadas” (1893: 66-67). E se nenhum explorador antes de Crevaux disse isso... foi simplesmente porque não viram bem:

Estou às portas do inexplorado. Sabemos que de fato a cadeia de montanhas do Tumucumaque permanece até hoje completamente desconhecida e desenhada ao acaso nos mapas. Nenhum dos exploradores da Guiana Francesa, nem Grillet, Patris, Mentelle, Leblond, Leprieur ou Crevaux puderam estudá-la. Crevaux a atravessou no alto do Maroni, depois no do Oiapoque, mas, na primeira vez, contentou-se em citar quatro nomes de picos, sem fazer o levantamento topográfico, e na segunda vez passou por vales e não viu montanhas. Mal falando a língua dos *roucouyennes* e nada de ayampi, não pode pedir informações. (...) Tenho diante de mim um maciço montanhoso de 300 km de extensão por 100 km de largura, do tamanho da Bélgica. Passados 300 anos que possuímos a Guiana, nossos exploradores ainda não puderam levantar nada de afirmativo sobre essa misteriosa cadeia do Tumucumaque. Trata-se de descobrir esse maciço em seu conjunto, estudá-lo no detalhe. Para me guiar, tenho zero documentos escritos, zero ensinamentos indígenas minimamente precisos, nada. (Ibid.:92)

Então, o objeto da busca de Coudreau é a travessia das famosas montanhas. Ele descreve detalhadamente os reconhecimentos de oeste a leste a partir de Pililipou, vilarejo onde passa o inverno no começo de sua jornada; depois, tenta outros reconhecimentos partindo do leste, principalmente do rio Cuc. De acordo com o explorador, durante um deles foi capaz de religar os dois lados – fato refutado por Jean-Marcel Hurault (1973) com vários argumentos que levam a crer que, na verdade, o explorador tentou embelezar seu relato para atribuir a si a “estrela” na travessia de leste a oeste dos Tumucumaque - o que estava, na realidade, fora do alcance. Os mapas de Coudreau, que incluem cadeias e colinas, ficaram por muito tempo no imaginário da topografia da região, em particular o

publicado em 1893 pela Sociedade de Geografia (figura 3). A existência dessas montanhas é assumida, embora as provas apresentadas pelos exploradores fossem bem frágeis. Mas quem poderia contestar a palavra de um explorador tão aguerrido?

3 Um obstáculo manifestamente ignorado pela população ameríndia

Grande parte das informações obtidas pelos exploradores vinha dos Ameríndios da região, com os quais buscavam um diálogo que os auxiliasse a guiar suas expedições. Além disso, o próprio reconhecimento da população indígena já constituía um dado importante para os viajantes. As etnias amigáveis permitiriam ir mais longe, ao contrário das etnias hostis ou aliadas dos portugueses, sobretudo no século XVIII, que poderiam impossibilitar prosseguir – sem contar a mão de obra em potencial representada pelos índios, tendo até mesmo La Haye tentado levar consigo um "escravo" trocado por ferramentas em uma aldeia do rio Culari.

Encontra-se grande quantidade de informações em todos os relatos citados.

Invariavelmente, eles apontam a existência de inúmeras aldeias ao norte ou ao sul do divisor de águas, bem como a frequência de comunicação entre as duas vertentes. La Haye pode ir rumo à nascente do rio Culari graças aos caminhos de comunicação dos Índios, por onde passarão também De Bauve, Leprieur, Creveaux e ainda Coudreau, seja para atravessar a bacia do Jari ou para chegar até o Amazonas.

Por vezes é salientada a facilidade da passagem, como nos escritos de De Bauve ainda no Oiapoque: "Rouapirer mandou me dizer que, se eu também quisesse lhe dar um sabre e um machado, ele teria o cuidado de manter intacto seu estabelecimento que recém deixara, situado a um dia de distância indo por um afluente do Amazonas" (1835:28). Os ameríndios do alto do Oiapoque podiam então abrir roças para a outra vertente, o que leva a supor que eles não tinham muitas dificuldades para circular entre as duas. Leprieur percebe que os Wajãpi do Oiapoque

são unidos aos do Jari por elos de parentesco que o distanciamento atual não enfraqueceu ainda; no começo da temporada de chuvas, assim que todos os trabalhos de plantio foram realizados, eles vão visitar seus parentes ou amigos além dos montes. Graças a essas relações e esse hábito de viagem, é muito fácil encontrar guias para passar do Oiapoque ao Jari, e por causa dessa facilidade de comunicação eu estava determinado a reconhecer o caminho que conduz do Oiapoque ao Amazonas por esse afluente, esperando que posteriormente ficasse mais fácil obter as coordenadas para me dirigir seguramente ao Maroni, denominado "Arawa" pelos povos que o habitam no curso médio. (1834: 212).

Em sua estadia em Pililipou durante o inverno, Coudreau descreve ainda a visita de viajantes vindos do outro lado dos montes, os quais habitavam o rio Ximi-Ximi e também frequentavam o rio Ouaqui ou o curso superior do Oiapoque. (1893: 157-158).

A população ameríndia parece, então, ignorar totalmente a "barreira" que deveria ter representado uma grande cadeia de montanhas³¹. Contudo, ainda que eles mesmos reconhecessem que os Índios circulavam facilmente na zona, os exploradores não chegam à conclusão que se impõe e continuam a postular a existência de um maciço montanhoso. Quanto às dificuldades encontradas por Coudreau para atravessá-lo ao centro - apesar de o sargento La Haye ter atravessado com facilidade no século anterior -, estas serão bem explicadas outra vez por Hurault (1957) e novamente relacionadas ao povoamento ameríndio. Com efeito, é o desaparecimento progressivo das aldeias e não o relevo que torna essa zona impenetrável. Sem os guias que conhecem a região e sem os pontos de

reabastecimento formados pelas aldeias, os exploradores se deparam com limitações logísticas impossíveis de superar naquela época.

II Uma barreira duplamente simbólica no século XXI

No século XX, houve um duplo movimento no que diz respeito às montanhas do Tumucumaque. Por um lado, elas são confirmadas como fronteira entre a Guiana Francesa e o Brasil e por esse fato acabam sendo cartografadas. Esse desdobramento mostra que elas não existem de fato, ou ao menos não sob a forma concebida até então. Por outro lado, mesmo que se tenha um melhor conhecimento da região, o acesso ainda permanece complicado, não somente em função das dificuldades físicas, mas também de sua classificação como zona de proteção ambiental.

1 Quando a montanha torna-se fronteira (e, de passagem, desaparece)

Como se sabe, o traçado da fronteira entre a França e o Brasil foi finalmente determinado por meio de uma arbitragem internacional, expressa pela Suíça em 1900 (Granger, 2012; Le Tourneau, 2013). A maior parte do contestado tinha relação com o rio Oiapoque, tendo em vista que os brasileiros queriam que o "Japoc ou rio Vincent Pinzon" fosse o rio mencionado no tratado de Utrecht, ao passo que os franceses sustentavam que o tratado referia-se ao rio Araguari ou ao Calçoene. Mas a arbitragem deveria resolver também um segundo ponto, referente ao traçado do limite interno que separaria os dois países uma vez determinado o curso d'água dos tratados históricos. Várias opções eram possíveis: "Quanto ao limite interno, o árbitro optará entre as fronteiras reivindicadas pelas partes e a linha divisória de águas dos montes do Tumucumaque, cujo ponto de princípio será diferente conforme o rio adotado como limite marítimo – seja o Oiapoque, o Araguay ou um curso d'água intermediário." (Conselho Federal Suíço, 1900: 8)

A sentença suíça despence pouco tempo nesse segundo ponto, mesmo sendo de grande importância para configuração do território da Guiana Francesa. Tendo eleito o Oiapoque como fronteira até sua nascente, a sentença a fixa "no divisor de águas até a fronteira com a Guiana Holandesa". Dessa forma, a confederação suíça decide restringir as posições brasileiras, uma vez que o Barão de Rio Branco demandou-lhe que o limite fosse levado ao longo do paralelo 2º24' de latitude norte, o que teria como consequência colocar o conjunto do Tumucumaque no espaço brasileiro – uma demanda realizada unicamente para fazer frente às reivindicações francesas que iam até Rio Branco. A descrição da região dos Tumucumaque no registro suíço é ambígua, pois mistura as informações de que dispõe, particularmente as que vêm de Coudreau, porém sem adotar totalmente suas teses: "A montante, o terreno ascende em degraus até os picos pouco elevados dos morros orientais dos montes do Tumucumaque. Esse sistema de colinas, entre as quais a mais elevada tem 800m, enquanto os montes orientais medem 400 a 450m, fica na região da nascente do Oiapoque, do Cachipour e do Araguay" (*Ibid.*:56). Entretanto, mesmo que a descrição os compare a um sistema de colinas e não a cadeias de montanhas, mantém-se o topônimo e a descrição desses relevos como um conjunto coerente. A menção à Serra do Tumucumaque permanecerá efetivamente nos mapas durante cinquenta anos.

A famosa serra vê sua estrela ofuscada a partir dos anos 1950, com as missões de delimitação de fronteira lançadas pela IGN. De fato, a arbitragem suíça nada acrescentara à cartografia da região e o traçado presente nos mapas da época ainda era baseado nos trabalhos de Coudreau. Apesar da previsão suíça de que a fronteira seria rapidamente demarcada, nada foi feito durante as duas primeiras décadas do século XX. No fim dos

anos 1920, uma primeira tentativa quase aconteceu por demanda brasileira. No entanto, enquanto a França validava a atribuição de créditos no Parlamento (em 1931), o Brasil era atingido pela crise de 1929 e não podia arcar com os custos em questão. Após, foi a França que se encontrou em condições menos favoráveis, de forma que a tarefa do esclarecimento das fronteiras amazônicas, confiada à Primeira Comissão Demarcatória de Limites (PCDL) de Belém, começou pelas Guianas inglesa e holandesa, antes de passar à Venezuela. Contudo, a França se associou brevemente a essa demarcação em 1938. Com efeito, o fim dos trabalhos com os holandeses resultou na delimitação do ponto de trijunção entre Brasil-Guiana Holandesa-Guiana Francesa e delegados franceses foram convidados a se reunir com outras delegações no ponto em questão para participar da sua definição (Le Tourneau, 2013). Uma expedição realizada pelo engenheiro Grébert e pelo capitão Richard seguiu o rio Maroni e contribuiu para a delimitação do ponto, onde foram levantadas as coordenadas. A parte francesa aproveitou sua presença para elaborar uma cartografia sucinta da zona em torno desse ponto, sobretudo de uma parte do maciço Mitaraká.

França e o Brasil se encontraram para demarcar a sua fronteira comum somente uma década depois do término da Segunda Guerra Mundial. A parte terrestre da tarefa pouco interessou ao Brasil, o que é estranho haja vista a grande quantidade de expedições realizadas pela PCDL (que virou Comissão Brasileira Demarcadora de Limites - CBDL) para delimitação das fronteiras com os outros vizinhos. Ele concentrou-se principalmente na questão do Oiapoque, que parecia mais estratégica por duas razões. A primeira é a existência de duas opções de cursos d'água formadores, o Kerindioutou e o Mutaquere, entre as quais a missão de delimitação deveria escolher um braço principal – o que poderia implicar uma perda substancial de território caso não fosse confirmado o afluente norte. A segunda é que o Brasil desejava ter uma visão clara de sua soberania sobre o curso do Oiapoque, potencial via de navegação internacional.

As operações de delimitação de fronteira se desenrolaram em duas fases³². Em 1956-57, uma série de expedições de campo permitiu cartografar a região e delimitar um traçado correspondente ao terreno. Em 1961-62, sete marcos foram posicionados em pontos específicos, a fim de materializar o traçado sobre o qual as delegações haviam concordado. Na primeira fase, do limite interno, os trabalhos foram confiados à IGN, sem incluir o Brasil, cuja única participação foi validar os resultados. Os engenheiros Jean-Marcel Huralt e Pierre Frénay coordenaram várias expedições que seguiram os principais rios abaixo do divisor de águas até o limite de navegabilidade, então se aproximaram da fronteira a pé para fazer reconhecimentos de ambos os lados dos pontos alcançados. Para seu trabalho, eles tinham à disposição uma série de fotografias aéreas tiradas durante uma campanha especial da aeronave utilizada pela IGN na época, tendo conseguido algumas só quando já estavam em campo. Por essa razão, os trabalhos deles foram bem mais rápidos do que geralmente eram os realizados pela comissão brasileira, que se baseava antes de tudo na exploração a pé das regiões fronteiriças. Entretanto, em 1961-62, os brasileiros participaram dos trabalhos de demarcação, sua presença sendo indispensável para o reconhecimento dos marcos como limites internacionais. Note-se que o trecho entre o ponto de trijunção delimitado em 1938 e o marco nº 1 não foi reconhecido pelas expedições dos anos 1950, pois a linha divisória de águas parecia clara nas fotografias aéreas. Ainda em 1961-62, foi lançado um reconhecimento nos dois picos do maciço do Mitaraka, mas sem percorrer o conjunto da fronteira dessa zona (IGN, 2005).

A interpretação das fotografias aéreas e os trabalhos de campo mostraram que no sul da Guiana Francesa não existem maciços nem cadeias, somente um mar de colinas sem direção específica ou homogeneidade, nada diferente do relevo do centro do departamento francês (aliás, onde se encontra seu ponto culminante). Só na parte oeste da referida fronteira, próximo ao ponto de trijunção e ao redor do Mitaraká, e na parte oriental, mas com picos menos altos (Mont du Belvédère, Mont Saint Marcel), aparece um relevo mais marcado, mas nada que permita de falar numa barreira contínua de uma extremidade até a outra.

Jean Marcel Huralt concluiu então:

Coudreau preenche o sul da Guiana com cadeias e maciços imaginários. Podemos dizer que ele deu corpo à lenda. Seu 'mapa do Tumucumaque' revelou a seus contemporâneos a configuração detalhada da famosa cadeia de forma que nada os faria duvidar da existência desta, até o momento em que o sobrevoo da região do extremo sul provou que ela não era mais acidentada do que o resto da Guiana. (1973:244)

Ao contrário de seus dois precursores famosos, o geógrafo da IGN implementa a expurgação desse topônimo controverso, principalmente a fim de conter o fascínio que o cerca.

Desde o começo dos trabalhos da IGN na Guiana, eu tinha constatado que a cadeia do Tumucumaque não existia. Inúmeras vezes, solicitei a supressão desse topônimo. Lembro-me de ter escrito em alguma das anotações: 'tomando essa medida, não curaríamos os desequilibrados, eles apenas procurariam o objeto de sua fantasia em outras Guianas. (2000:383).

Então, Huralt adverte:

O emprego do termo 'Tumucumaque' é danoso. Ele não faz referência a nada preciso, pois não há nenhuma cadeia montanhosa na fronteira sul da Guiana. Claramente, tendemos a aplicá-lo a toda a parte meridional do território, representada como uma área misteriosa e impressionante, deixando subentendido que apenas seres de elite podem afrontá-la. (...) O termo Tumucumaque é resultado de uma longa série de farsas e enganos. Está na hora de relegá-lo definitivamente ao passado.

2 A transformação em santuário no início do século XXI

Apesar de definida como fronteira, a Serra do Tumucumaque permanece na condição de limite remoto (e mesmo assim não escapa das pressões, como veremos adiante). Pouco acessível, ela faz parte de uma vasta zona da Guiana Francesa cujo acesso é restrito e controlado pelo governo desde 1970, a fim de proteger as populações indígenas (NAVET, 1998). No Brasil, nenhuma medida específica foi aplicada até o início do século XXI. Nesse momento, o excepcional estado de preservação do seu meio ambiente – conquista de sua dificuldade de acesso - a recoloca como prioridade.

A ideia de transformar a região do Tumucumaque em zona de proteção ambiental não era novidade para o governo brasileiro. Em 1975, o relatório RADAM (Radar da Amazônia) consagrado à região já sugeria essa possibilidade para o rio Ximi-Ximi, baseando-se na riqueza da biodiversidade da região, além do fato de que seu relevo e a qualidade do solo a tornam imprópria para a agricultura. Em 1992, enquanto o Brasil preparava a Conferência do Rio de Janeiro, a ECO-92, o projeto foi retomado (Gallois, 2008), mas no fim foi abandonado em detrimento de outras áreas de proteção ambiental de grande extensão

que seriam criadas na Amazônia. Em 1999, evoluiu a ideia de uma área de proteção ambiental que contemplasse os dois lados da fronteira com a Guiana Francesa e diminuísse a pressão exercida pelos garimpeiros.

Contudo, a situação se resolve apenas no início dos anos 2000. Nessa época, o Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) estava em maus lençóis, acusado pelo Ministério Público de ter contribuído para o desmatamento da Amazônia. Para evitar a pesada multa, o Instituto propôs uma transação compensatória através da qual cederia uma parte de seu patrimônio fundiário para criar novas zonas de proteção ambiental³³. Nesse contexto, em 2001, foram realizadas audiências públicas e feitos estudos pelo Museu Goeldi de Belém sobre a criação de um parque nacional. As consultas continuaram no ano seguinte, o parque sendo enfim anunciado oficialmente e homologado com cerca de 3,8 milhões de hectares em 22 de agosto de 2002 (a tempo de ser anunciado na Conferência de Durban - ou Rio +10 - como o maior parque nacional de floresta tropical do mundo.) Fazendo jus à lenda, o nome dado a essa nova área protegida é "Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque".

Não obstante, nesse estágio a criação é ainda essencialmente simbólica, na medida em que a região é pouquíssimo conhecida. De 2003 a 2005, cinco expedições de reconhecimento foram despachadas com o apoio do projeto ARPA (Associação Riograndense de Proteção aos Animais) e do WWF (*World Wide Fund for Nature*). Paralelamente, a estrutura administrativa é estabelecida (mas com apenas meia dúzia de setores para quase quatro milhões de hectares...). Em 2010, finalmente foi aprovado um plano de gestão fixando as orientações gerais a curto e médio prazo, bem como o zoneamento do território.

De lado francês, a origem do processo foi semelhante, tendo a criação de um parque no sul da Guiana francesa sido anunciada durante a ECO-92. No entanto, apesar de dois projetos elaborados em 1995 e em 2000, a criação fica estagnada por muito tempo por causa das questões das populações locais e do acesso aos recursos naturais (Grenand, Bahuchet et Grenand, 2006 ; Grenand & Grenand, 2011) . Somente em 2006 o terceiro projeto foi validado pelos colaboradores e, em 27 de fevereiro de 2007, homologado por um decreto ministerial (Aubertin et Filoche, 2008). Conforme a nova legislação sobre parques naturais, em vigor desde 2006³⁴, o território do "Parque Amazônico da Guiana Francesa, Parque nacional" está dividido em duas partes: a zona central (2,03 milhões de hectares), onde a proteção ambiental é total, e a zona de livre adesão (1,36 milhões de hectares) negociada com as comunidades e onde as atividades legais são definidas por uma carta.

Os dois parques se unem ao longo da fronteira terrestre entre a Guiana Francesa e o Brasil e, com exceção de uma pequena parte em volta do alto do Oiapoque no lado francês, o conjunto do relevo considerado como pertencente à Serra do Tumucumaque se encontra na zona central das áreas protegidas. A vocação dos Tumucumaque como reserva natural está, então, definitivamente selada desde os anos 2000.

3 Vazio demográfico e pressões externas

A maior parte das aldeias indígenas da região do Tumucumaque desapareceu nas primeiras décadas do século XX, particularmente as que se localizavam nos afluentes principais do Jari - os rios Ximi-Ximi e Mapaoni. No início dos anos 1950, havia somente duas áreas ocupadas por indígenas. A primeira, formada pelos Wayana, localizava-se no lugar chamado Molocopote, 10 quilômetros a jusante da desembocadura do rio Mapaoni

no Jari. Essa aldeia foi finalmente abandonada pelos últimos habitantes nos anos 1970, devido aos conflitos repetitivos com os garimpeiros que invadiram a região. A segunda, situada no rio Cuc e nos principais afluentes da margem esquerda, era ocupada por aldeias dos Wayãpi. Também por causa da presença dos garimpeiros, mas sobretudo por dificuldades sanitárias e epidemias recorrentes³⁵, ondas migratórias de sobreviventes dessas aldeias chegarão ao Oiapoque no fim da década 1960 (Grenand, 1982 ; Le Tourneau, 2013).

Com isso, a partir de 1975, uma vasta região de ambos os lados do divisor de águas ficou totalmente deserta de populações ameríndias, que as ocupavam desde o século XVIII. A oeste da região, as tribos Wayana se refugiaram no ou rio Lawa (que corresponde ao curso médio do Maroni) e seus afluentes situados em território surinamense, ou no rio Paru, no Brasil. Ainda que esporádicas, viagens de ambos os lados pelo antigo caminho do Mapaoni continuaram a acontecer nos anos 1980, e depois cessaram completamente. A leste, a população Wayãpi se concentrou no Oiapoque, na Guiana Francesa, ou bem mais ao sul, já no Brasil, nas margens do rio Inipuku. As relações entre os dois polos são doravante realizadas por meios de transporte modernos contornando o maciço florestal. Tanto a leste quanto a oeste, o deslocamento das tribos resultou no desaparecimento de dois grandes itinerários de travessia norte/sul do Tumucumaque (rota Litany/Mapaoni e rota Oiapoque/Cuc).

O desaparecimento das populações indígenas está amplamente ligado às crescentes pressões exercidas pela população do exterior da região sobre os recursos naturais. Desse ponto de vista, as condições na Guiana Francesa e no Brasil não foram as mesmas. No primeiro caso, o controle exercido pelo governo por muito tempo permitiu limitar, sem proibir completamente, a presença de garimpeiros. Além disso, as dificuldades de acesso ao sul da Guiana e a presença de filões rentáveis mais ao norte, principalmente no rio Camopi, afastaram a atividade de garimpo ilegal do Tumucumaque.

No Brasil, a presença de garimpeiros na região é antiga. No fim dos anos 1930, a CBDL havia encontrado um garimpeiro do Suriname, Poet Remyoland, instalado nas redondezas das aldeias ameríndias do alto Jari³⁶. Por outro lado, até a década 1960, a região era utilizada por caçadores atrás de couro e peles, que estabelecem uma logística baseada na abertura de uma pista de aterrissagem nas redondezas do rio Cuc. A partir de 1970, o ótimo conhecimento geológico da região proporcionado pelo projeto RADAM desencadeia uma explosão de atividades de mineração em torno do curso médio do Jari (Gallois, 1985). Aproveitando a logística disponível nessa zona, certos garimpeiros se arriscam mais ao norte e abrem pequenas pistas ao longo dos rios Mapaoni e Culari (bem como perto da nascente do Inipuku). O ouro não é o único metal visado; explora-se também a cassiterita e eventualmente outros metais raros. A maior parte dessas pistas continuou operante até o começo dos anos 2000. Durante a criação do parque nacional no Brasil, uma campanha da Polícia Federal as desativou (Gallois, 2008 ; Le Tourneau, 2013) .

A análise das imagens de satélite e os dados de campo parecem confirmar que a atividade mineira (agora ilegal já que a região pertence a parques nacionais tanto ao norte quanto ao sul) não atinge mais o Tumucumaque a partir dessa época, embora a passagem de garimpeiros por esta região seja provável. Considerando a intensidade da pressão no resto da Guiana Francesa e em algumas zonas do Amapá, isso é surpreendente. É possível que o afastamento seja em grande parte responsável por tal fato consumado: protegida por dezenas de quedas e inclinações, o acesso à zona é muito difícil e requer uma logística

cujo custo torna as operações de exploração pouco lucrativas. No entanto, não devemos nos enganar: se os garimpeiros já instalaram pistas nos rios Mapaoni e Culari, logo ao sul do divisor de águas, provavelmente quando os filões mais acessíveis se esgotarem, os garimpeiros se voltarão para essa imensa reserva. Se ainda não atravessaram a Serra do Tumucumaque (pelo menos pelo que constatamos), poderão certamente atravessá-la amanhã.

III Atravessar a Serra do Tumucumaque atualmente

A travessia do Tumucumaque é, hoje em dia, ao mesmo tempo mais simples e mais complexa do que era para os exploradores do passado. Mais simples, pois os meios tecnológicos e logísticos progrediram muito; alimentação leve e de longa duração é facilmente adquirida, pontos de acesso podem ser criados para entrar ou sair próximo de um lugar qualquer usando helicópteros e meios de comunicação deixam a aventura bem menos arriscada – apesar de ainda comportar perigos. Mas, ao mesmo tempo, o desaparecimento das populações indígenas durante a primeira metade do século XX priva as expedições de pontos de apoio e, sobretudo, dos indivíduos que conheçam bem a região. Dessa forma, é preciso confiar nos dados externos disponíveis.

1 A configuração da região

Com uma área de abrangência mais extensa que os dados coletados pela IGN durante as missões dos anos 1950, as imagens de radar do ônibus espacial americano na missão SRTM³⁷ dão uma visão bastante detalhada da configuração do relevo, não apenas do sul da Guiana Francesa mas do conjunto do Platô das Guianas.³⁸ Como vemos na figura 4, o sul da Guiana Francesa, ainda que constitua uma parte do divisor de águas entre a bacia do Amazonas ao sul e as dos rios Oiapoque e Maroni ao norte, não constitui um maciço montanhoso. Forma, no máximo, uma estreita franja oriental do Platô das Guianas, que é mais marcada no oeste do Estado do Pará e cuja borda norte, um pouco mais elevada, marca a fronteira entre o Brasil e o Suriname. Se as "Tumucumaque" são montanhas situadas no Platô das Guianas, é sem dúvida essa região que mais mereceria essa denominação - que ela já possui de certa forma, pois corresponde, no Brasil, ao território do Parque Indígena do Tumucumaque.³⁹

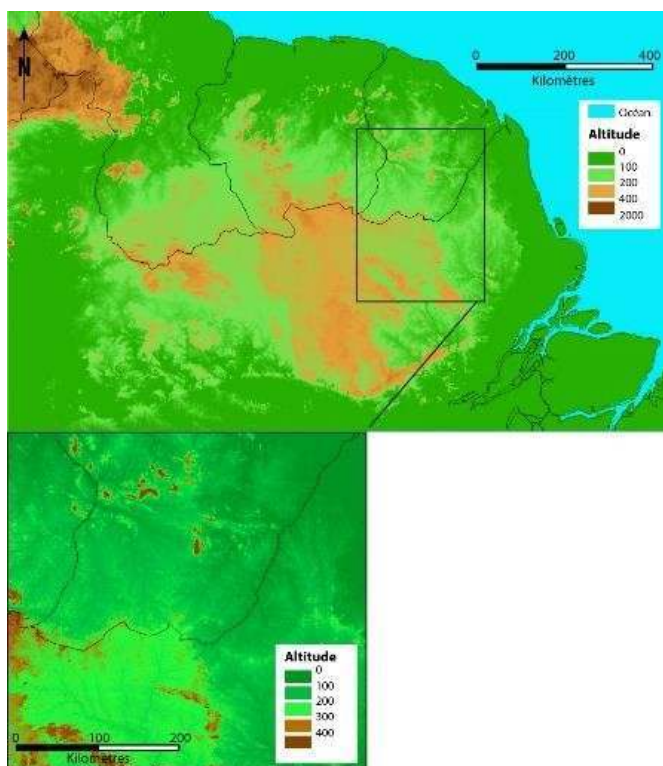


Figura 4: o relevo do sul da Guiana Francesa no contexto regional

Em média, as altitudes da região sul da Guiana Francesa não ultrapassam 500m no oeste e 350m no leste, perto das nascentes do Oiapoque. Visto de perto, esse relevo é mais bem descrito como uma série de colinas; algumas formam alinhamentos, mas não se percebe nenhuma linha diretriz. Apenas alguns *inselbergs* têm o cume destacado, às vezes de mais de 100 metros, principalmente no maciço do Mitaraka (681 m.), perto do ponto de trijunção Brasil/Suriname/Guiana Francesa. Estes são caracterizados pelo fato de que suas encostas mais acentuadas são desprovidas de vegetação. Em alguns casos (marco 1, marco 4), as zonas nuas cobrem toda ou parte da colina, ainda que o declive seja pouco acentuado. Em outros, os *inselbergs* são cercados por planaltos cobertos de vegetação rasteira e xerófila. Entretanto, embora representem uma paisagem memorável – frequentemente utilizada como imagem simbólica da região, principalmente do Parque Nacional das Montanhas do Tumucumaque –, os *inselbergs* representam apenas uma fração do relevo.

Mesmo com altitudes modestas, a topografia da região não deixa de apresentar temíveis problemas de passagem, particularmente para quem se desloca a pé. Intensamente moldado pela erosão nas rochas do escudo guianense, o relevo do Tumucumaque corresponde efetivamente ao modelo de "meia-laranja" (figura 05). Cada colina sofreu erosão em todas suas faces, de forma que dificilmente se encontra uma linha de crista para ligar uma a outra. Quem lá se aventura deve enfrentar uma repetição quase infinita de desníveis, pequenos, mas íngremes (particularmente no primeiro terço, devido ao perfil hemisférico), cuja quantidade esgota rapidamente o potencial físico dos exploradores.

Legendas:

Esquematisação - Relevo - Mangue de drenagem mal determinada - Enseadas 2. Tradução no mapa IGN a 1: 50 000 3. Relevo em corte ao longo do trajeto

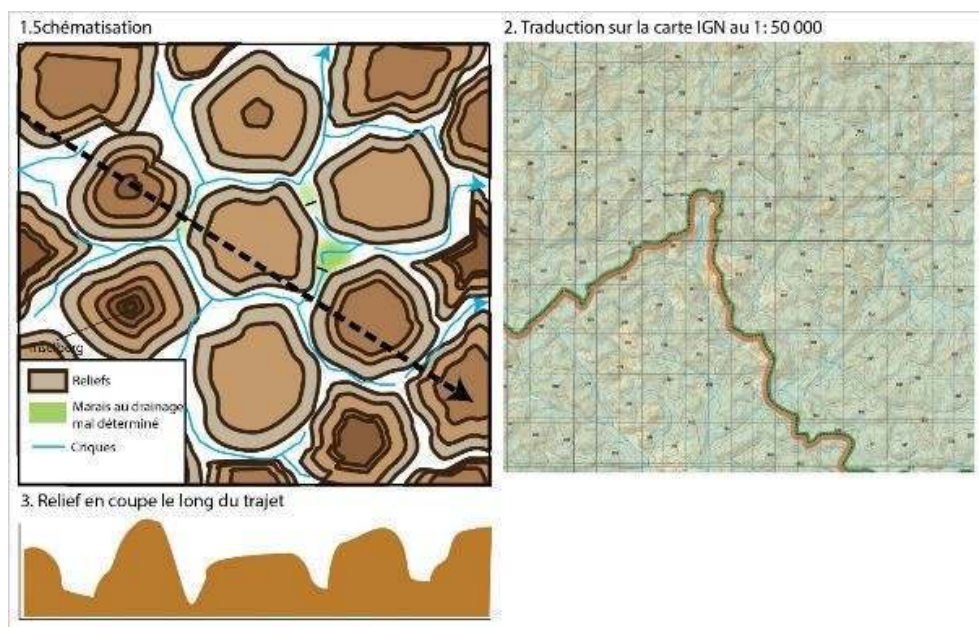


Figura 5: o relevo em meia-laranja

Além do relevo, a vegetação também impõe dificuldades significativas, mas contrastantes. Grande parte das colinas é cobertas de floresta de terra firme, dominada por grandes árvores e com sub-bosque livre (figura 6). Este pode evoluir para florestas dominadas por palmeiras, ou conter formações inferiores mais densas quando o dossel é descontínuo. Qualquer que seja a configuração, essas formações florestais são percorridas com bastante facilidade e são as melhores opções para realizar um deslocamento. Elas não são, no entanto, contínuas. Com efeito, nas encostas e no topo das colinas se encontra uma espécie de arundo escandente, denominada localmente *cambrouze* (*arundo exotica*), que compõe meadas impenetráveis (a densidade dessas plantas sufoca a vegetação existente e impede o reflorestamento), às vezes por vários quilômetros. Nelas, o percurso exige longas e exaustivas roçagens. Ainda que nenhum elo direto possa ser estabelecido entre essa etapa e uma presença humana anterior, pode-se observar que os *cambrouzes* ocupam frequentemente zonas que poderiam ter constituído roçados indígenas, e que esse tipo de regeneração preenche rapidamente clareiras abertas em torno dos marcos (por exemplo, para o pouso de helicópteros).



Figura 6: formações e paisagens do Tumucumaque: 1. Inselbergs na região do Mitaraka; 2. um cambrouze; 3. Sub-bosque aberto no cume da colina; 4. Mangue entre duas colinas.

Entre as colinas se encontram vales de fundo plano, mais ou menos extensos, nos quais a água tende a se estagnar em razão da densidade da vegetação e, por consequência, da significativa camada de matéria em decomposição que cobre o solo. Esses mangues⁴⁰ são principalmente colonizados por palmeiras de açai (*euterpe oleracea*) nas zonas mais inundadas e compõem outro obstáculo para o deslocamento, uma vez que lá se afunda de vinte a trinta centímetros a cada passo. No curso superior de certos rios, principalmente no lado norte, os mangues podem se transformar em zonas abertas colonizadas por gramíneas extremamente densas, equivalentes aos *cambrouzes* no alto das colinas. Atravessar os manguezais a pé ou de canoa é extremamente difícil.

A Serra do Tumucumaque é, hoje em dia, deserta de presença humana. A noroeste, as aldeias Wayana mais próximas se encontram a cerca de 100 km de distância da linha do divisor de águas. Já a nordeste, há apenas o complexo de aldeias de Trois Sauts no Oiapoque, com 571 habitantes, e grande parte da população ameríndia se concentra no Camopi, a cerca de 150 km de distância dos montes (Davy, Trisch et Grenand, 2012 ; Grenand, Grenand et Davy, 2017). Ao sul, no Brasil, o afastamento é ainda maior. Com exceção das tribos ameríndias isoladas em seu território no Parque do Tumucumaque, as primeiras aldeias Wayãpi se encontram a mais de 170 km em linha reta. Nenhuma dessas comunidades frequenta esporádica ou itinerantemente a região do divisor de águas, a não ser em viagens de caça dos Ameríndios de Trois Sauts, que seguem na direção das nascentes do Oiapoque ou da Camopi (*ibid.*), em algumas expedições de caça dos Wayana no rio Tampok (PFG) ou em algumas excursões turísticas acompanhadas por guias Wayana no Litani e nas proximidades da tríplice fronteira.

Pequenos vilarejos se encontram num raio bem distante do divisor de águas: Maripasoula, no rio Maroni; Saül, no centro do departamento; Camopi, no Oiapoque; Serra do Navio, a sudeste; por fim, Laranjal do Jari, no curso inferior do Jari. Nenhum deles está a menos de 150 km da fronteira.

2 Como atravessar a Serra do Tumucumaque?

Várias alternativas são oferecidas para atravessar a famosa região do Tumucumaque. No sentido norte/sul ou sul/norte, cada grande rio formador (Camopi, Alice, alto Marouini e Alama na Guiana Francesa; Cuc, Culari, Curuapi e Mapaoni no Brasil) fornece uma boa via de penetração até a faixa de colinas de 15 km de extensão que forma o centro da Serra. Esses rios têm, em geral, meia dúzia de saltos mais ou menos imponentes (sem contar, claro, os numerosos saltos dos grandes cursos d'água que dão acesso à região: Camopi, Tampak, Marounini na Guiana Francesa e Jari no Brasil). Alguns são verdadeiros muros de 2-3m de altura, como o salto Alice no igarapé homônimo, outros são séries de corredeiras ouvidas a longas distâncias (salto Cachiri no rio Mapaoni). No entanto, com embarcações leves, é relativamente fácil navegar até aproximadamente 20 km do divisor de águas.

A essa altura, as enseadas se dividem em inúmeros afluentes e mesmo seguindo seus cursos principais, elas logo perdem volume: "*É agora que surgem as árvores caídas, colossos que a idade ou as ventanias derrubaram nos cursos d'água para desgraça dos canoístas*" (Coudreau, 1893: 572). Os rios são demasiado estreitos para que se possa contornar as árvores tombadas, então é preciso passar por cima, por baixo, ou ainda serrá-las, o que retarda consideravelmente a viagem. Chegando a cerca de 10-12 km da linha divisória de águas, não vale mais a pena o tempo despendido para liberar os igarapés e pode ser mais eficaz continuar a viagem a pé. Observe-se, no entanto, que a expedição Mitaraka pode enviar uma parte de seu reabastecimento pelos rios, e que as expedições de fronteira da

IGN nos anos 1950-60 abriram igarapés muito a montante a fim de trazer seus materiais, sobretudo o cimento necessário para confeccionar os marcos. Em função do tempo disponível e da carga a ser transportada, é então possível chegar muito perto do divisor de águas por via fluvial. Atravessar a linha divisória de águas de canoa é evidentemente impossível (embora, segundo vários exploradores dos séculos XVIII e XIX, alguns mangues situados bem no alto curso do Oiapoque poderiam comunicar-se com o leito de rios no Brasil, oferecendo assim uma via de passagem em temporada de chuvas). É necessário, então, atravessá-la a pé e confeccionar novas embarcações usando casca de árvores (solução utilizada até o século XIX), trazer consigo botes (por exemplo, os barcos desmontáveis utilizados na expedição Culari-Tampok), ou ainda trazer as embarcações por via aérea (como no caso da expedição organizada em 2000 pela associação *Alabama* nas pegadas de Crevaux⁴¹).

NOTES

1. Nessa época, o rio Maroni é pouco utilizado para a exploração do sul da Guiana Francesa, provavelmente pelas maiores dificuldades de navegação, mas também pela ausência de pontos de apoio para as expedições. A partir do fim do século XVIII, a situação política tornou-se mais difícil devido à instalação progressiva dos Marrons, vindos da Guiana Holandesa. Pouco a pouco se organizando em nações, estes controlavam o interior das terras e se opuseram ao percurso dos exploradores. Paradoxalmente, o Maroni era percorrido principalmente partindo do Oiapoque, e expedições como a de La Haye, de Patris e de Mentelle fizeram uso dos caminhos indígenas ligando a cidade Camopi a Tampak para chegar ao Maroni e descê-lo até o oceano.
 2. Essa descrição corresponde muito provavelmente à vista desde o monte Belvédère, olhando na direção das montanhas Saint Marcel e Cacao.
 3. Usamos aqui a toponímia oficial do Brasil, mesmo que este rio seja denominado Cuyari em todas as fontes históricas.
 4. Ver "Journal de voyage haut de la riviere du camaupi pour la decouverte du cacao et salsepareille faite par le sieur Capperon, capne d'une compagnie de la garnison de Cayenne et commendant pour le Roy du fort d'Oyapoc" (N.T: "Diário de viagem do alto do rio Camaupi para descoberta do cacau e da salsaparrilha feita por Capperon, capitão de uma companhia da guarnição de Caiena e comandante do Rei no forte do Oiapoque" anexo nº4 de Froidevaux, 1895).
 5. "Rapport de Mr de Montym cadet de la garnison de Cayenne". N.T.: "Relato de Monty, cadete da guarnição de Caiena". Anexo nº5 de Froidevaux, 1895, p.283).
 6. Junto com duas outras grandes pedras denominadas Nãñaiti e Peõla'i pelos atuais Wajãpi (PFG).
 7. Percurso utilizado pelos índios Emerillon (atualmente Teko) para ligar a bacia do Oiapoque e do Maroni. Houve variações no percurso deste, a última versão passando pelo rio Tamouri (afluente do Camopi) e percorrendo a pé o interflúvio entre as nascentes destes e do rio Waqui (afluente do Tampak). Na época dos exploradores Patris e Mentelle, o caminho seguia o rio Grande Tamouri (PFG).
 8. Os elementos coletados por Patris perderam-se num naufrágio em uma cachoeira durante a volta e durante muito tempo a relação de Tony (publicada em Barbé de Marbois, 1834) foi a única fonte sobre a expedição. A relação original de Patris foi achada em arquivos e deveria ser publicada em breve, o que poderia trazer novos elementos sobre tal travessia.
- *. N.T: Termo comum em francês para se referir aos índios Wayana, derivado de 'urucum' (Rocou, fr.), fruto que costumavam usar para pintar a pele.

9. Hurault (2000) aponta que o mapa de Bonne de 1770 menciona uma “Sierra de Tamuraque” na mesma posição.
10. A noção mesmo de uma cadéia de montanhas seria totalmente estranha à percepção do espaço por parte deles, que focaliza muito mais em objetos pontuais (aldeias, pontos particulares nos igarapés, picos) que em grandes regiões (ver Grenand, 1982).
11. Ver o conjunto dos relatos dessas missões no Instituto Geográfico Nacional (2005).
12. Havia recursos abundantes para tal, pois o Plano de Integração Nacional (PIN) dos anos 1970 havia previsto a “federalização” de uma faixa de 100 km de profundidade ao longo de todas as rotas planejadas ou em vias de construção na Amazônia, além de o patrimônio fundiário do INCRA ser gigantesco, compreendendo sobretudo a maior parte da Serra do Tumucumaque.
13. Lei nº 436/2006 de 15 de abril de 2006.
14. Provavelmente estavam ligadas à presença de garimpeiros nas proximidades.
15. Por isso o recorte do mapa do alto Jari em escala 1: 50 000 se intitula “Porto Poet”.
16. *Shuttle Radar Topography Mission*: missão do ônibus espacial americano na qual o radar captor enviado possibilitou a aquisição de dados do relevo terrestre em alta resolução. (ver <http://www2.jpl.nasa.gov/srtm/index.html>).
17. Essa visão global não é isenta de defeitos. O radar fornece a altitude do dossel florestal e não a do solo. Dessa forma, vales estreitos podem estar ocultos pela floresta, ou a altitude de certas depressões podem ser mal estimadas, conduzindo a equívocos consequentes no modelo de drenagem derivado desses dados. A expedição dos sete marcos permitiu apontar e corrigir algumas dessas imprecisões.
18. Proposto em 1968 usando o modelo do Parque Indígena do Xingu, esse vasto território indígena (3 milhões de hectares) situado na fronteira com o Suriname foi finalmente demarcado nos anos 1980 e homologado em 1997 sob essa denominação, mesmo que seja administrativamente uma “terra indígena”.
19. Denominados “pinotières” na Guiana francesa, derivado da palavra karib *pino* que designa, justamente, o *açaí* (PFG).
20. Ver: <http://www.une-saison-en-guyane.com/n13/alabama-expedition-sur-les-traces-de-jules-crevaux-du-maroni-jusqua-lamazone-par-le-jari/>
21. Em junho e julho de 2015, essa expedição conduzida em parceria com o 3º Regimento de Infantaria da Legião Estrangeira percorreu o conjunto da linha do divisor de águas do ponto da tríplice fronteira no marco.
- *. Traduzido por Maitê Dietze (UFRGS). Revisado por Patrícia Reuillard (UFRGS)
22. Nessa época, o rio Maroni é pouco utilizado para a exploração do sul da Guiana Francesa, provavelmente pelas maiores dificuldades de navegação, mas também pela ausência de pontos de apoio para as expedições. A partir do fim do século XVIII, a situação política tornou-se mais difícil devido à instalação progressiva dos Marrons, vindos da Guiana Holandesa. Pouco a pouco se organizando em nações, estes controlavam o interior das terras e se opuseram ao percurso dos exploradores. Paradoxalmente, o Maroni era percorrido principalmente partindo do Oiapoque, e expedições como a de La Haye, de Patris e de Mentelle fizeram uso dos caminhos indígenas ligando a cidade Camopi a Tampak para chegar ao Maroni e descê-lo até o oceano.
23. Essa descrição corresponde muito provavelmente à vista desde o monte Belvédère, olhando na direção das montanhas Saint Marcel e Cacao.
24. Usamos aqui a toponímia oficial do Brasil, mesmo que este rio seja denominado Cuyari em todas as fontes históricas.
25. Ver “*Journal de voyage haut de la rivière du camaupi pour la découverte du cacao et salsepareille faite par le sieur Capperon, capne d'une compagnie de la garnison de Cayenne et commandant pour le Roy du fort d'Oyapoc*” (N.T: "Diário de viagem do alto do rio Camaupi para descoberta do cacau e da salsaparrilha feita por Capperon, capitão de uma companhia da guarnição de Caiena e comandante do Rei no forte do Oiapoque" anexo nº4 de Froidevaux, 1895).

26. “*Rapport de Mr de Montym cadet de la garnison de Cayenne*”. N.T.: “Relato de Monty, cadete da guarnição de Caiena”. Anexo nº5 de Froidevaux, 1895, p.283).
27. Junto com duas outras grandes pedras denominadas Nãñãiti e Peõla’i pelos atuais Wajãpi (PFG).
28. Percurso utilizado pelos índios Emerillon (atualmente Teko) para ligar a bacia do Oiapoque e do Maroni. Houve variações no percurso deste, a última versão passando pelo rio Tamouri (afluente do Camopi) e percorrendo a pé o interflúvio entre as nascentes destes e do rio Waqui (afluente do Tampak). Na época dos exploradores Patris e Mentelle, o caminho seguia o rio Grande Tamouri (PFG).
29. Os elementos coletados por Patris perderam-se num naufrágio em uma cachoeira durante a volta e durante muito tempo a relação de Tony (publicada em Barbé de Marbois, 1834) foi a única fonte sobre a expedição. A relação original de Patris foi achada em arquivos e deveria ser publicada em breve, o que poderia trazer novos elementos sobre tal travessia.
- *. N.T: Termo comum em francês para se referir aos índios Wayana, derivado de 'urucum' (Rocou, fr.), fruto que costumavam usar para pintar a pele.
30. Hurault (2000) aponta que o mapa de Bonne de 1770 menciona uma “Sierra de Tamuraque” na mesma posição.
31. A noção mesmo de uma cadeia de montanhas seria totalmente estranha à percepção do espaço por parte deles, que focaliza muito mais em objetos pontuais (aldeias, pontos particulares nos igarapés, picos) que em grandes regiões (ver Grenand, 1982).
32. Ver o conjunto dos relatos dessas missões no Instituto Geográfico Nacional (2005).
33. Havia recursos abundantes para tal, pois o Plano de Integração Nacional (PIN) dos anos 1970 havia previsto a “federalização” de uma faixa de 100 km de profundidade ao longo de todas as rotas planejadas ou em vias de construção na Amazônia, além de o patrimônio fundiário do INCRA ser gigantesco, compreendendo sobretudo a maior parte da Serra do Tumucumaque.
34. Lei nº 436/2006 de 15 de abril de 2006.
35. Provavelmente estavam ligadas à presença de garimpeiros nas proximidades.
36. Por isso o recorte do mapa do alto Jari em escala 1: 50 000 se intitula “Porto Poet”.
37. *Shuttle Radar Topography Mission*: missão do ônibus espacial americano na qual o radar captor enviado possibilitou a aquisição de dados do relevo terrestre em alta resolução. (ver <http://www2.jpl.nasa.gov/srtm/index.html>).
38. Essa visão global não é isenta de defeitos. O radar fornece a altitude do dossel florestal e não a do solo. Dessa forma, vales estreitos podem estar ocultos pela floresta, ou a altitude de certas depressões podem ser mal estimadas, conduzindo a equívocos consequentes no modelo de drenagem derivado desses dados. A expedição dos sete marcos permitiu apontar e corrigir algumas dessas imprecisões.
39. Proposto em 1968 usando o modelo do Parque Indígena do Xingu, esse vasto território indígena (3 milhões de hectares) situado na fronteira com o Suriname foi finalmente demarcado nos anos 1980 e homologado em 1997 sob essa denominação, mesmo que seja administrativamente uma “terra indígena”.
40. Denominados “pinotières” na Guiana francesa, derivado da palavra karib *pino* que designa, justamente, o *açaí* (PFG).
41. Ver: <http://www.une-saison-en-guyane.com/n13/alabama-expedition-sur-les-traces-de-jules-crevaux-du-maroni-jusqua-lamazone-par-le-jari/>
42. Em junho e julho de 2015, essa expedição conduzida em parceria com o 3º Regimento de Infantaria da Legião Estrangeira percorreu o conjunto da linha do divisor de águas do ponto da tríplice fronteira no marco.

ABSTRACTS

Generations of explorers have been fascinated by The Tumuc Humac mounts, or montanhas Tumucumaque in Portuguese. The real geographical nature of such “mounts”, however, is rather dubious since if they correspond to real-life experiences for some, other consider that they do not even exist. They seem to correspond more to a myth, carrying several levels of interpretation at the same time. Given this context, what does “crossing the Tumuc Humac” mean? Using historical documents as well as field experience of this region, we explore in this article the different historical and geographical aspects conveyed by this question. We first expose the historical context in which the Tumuc Humac appear in the scientific literature. Then we describe how they were turned in a controlled-access area, and the difficulty for such control to be efficient. Last, we reflect on the topographical configuration of this region and its implication in terms of expeditions. For it is possible to cross the Tumuc Humac, finding the right way being the real difficulty.

Les monts Tumuc Humac ont fasciné des générations d'aventuriers. Mais la nature géographique de ces fameux « monts » est pour le moins douteuse. Intensément présentes et vécues pour les uns, inexistantes pour d'autres, « les Tumuc Humac » sont des montagnes mythiques, c'est-à-dire un espace géographique qui convoie plusieurs niveaux de significations. Dans ces conditions, à quoi reviendrait leur traversée ? A partir d'une recherche bibliographique mais aussi des données recueillies sur le terrain durant plusieurs expéditions, cet article explore les aspects historiques ou géo-historiques et territoriaux que cette question permet d'aborder. Il expose en premier lieu le contexte historique de l'apparition des Tumuc Humac, puis leur transformation en une zone d'accès contrôlée (et les difficultés de ce contrôle) avant de proposer quelques réflexions sur leur configuration topographique et sur ses implications en termes de déplacement. Car traverser les Tumuc Humac est possible, toute la difficulté consistant à choisir le bon chemin.

As montanhas de Tumucumaque fascinaram gerações de exploradores. Mas a natureza geográfica dessas é bastante duvidosa. Alguns as apontam como uma experiência real enquanto outros até negam a sua existência. Os montes do Tumucumaque são, portanto, míticos, e encerram ao mesmo tempo diversos níveis de significação. Nesse contexto, o que seria “atravessar o Tumucumaque”? A partir de informações históricas e de dados coletados em campo durante expedições nessa região, este artigo busca explorar os aspectos geográficos e históricos contidos nessa pergunta. O texto aborda, em primeiro lugar, o contexto histórico do surgimento dos montes do Tumucumaque. Em segundo lugar, mostra como foram transformados em uma área duplamente controlada, do ponto de vista administrativo, por ser uma fronteira internacional, e do ponto de vista ambiental, por ter sido transformada em dois parques nacionais. Finalmente, apresenta reflexões sobre a configuração topográfica da região e suas implicações para as expedições. Afinal, atravessar os Tumucumaque é possível, embora a dificuldade seja a escolha do caminho.

INDEX

Mots-clés: Amazonie, Guyane française, explorations, Tumuc-Humac, Amérindiens

Geographical index: Tumuc-Humac, Guyane française

Keywords: Amazonia, French Guyana, expeditions, Tumuc Humac, Indigenous peoples

Palavras-chave: Amazônia, Guiana francesa, expedições, Tumucumaque, Povos indígenas.

AUTHOR

FRANÇOIS-MICHEL LE TOURNEAU

UMI 3157 -iGLOBES, CNRS-University of Arizona, francois-michel.le-tourneau@cnrs.fr